

VINÓLIA COSTA VIEIRA

**TITULO: PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE OFENSORES SEXUAIS
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2017

VINOLIA COSTA VIEIRA

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE OFENSORES SEXUAIS DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2017

© 2017

Vinolia Costa Vieira

“TODOS OS DIREITOS RESERVADOS”

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE OFENSORES SEXUAIS DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Dissertação apresentada à Universidade Fernando
Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do
grau de mestre em Criminologia, sob a orientação
do Prof. José Soares Martins.

RESUMO

VINÓLIA COSTA VIEIRA: PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE OFENSORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

(Sob orientação do Prof. José Soares Martins)

Este estudo investigou as características biopsicossociais de adolescentes acusados de ofensores sexuais de crianças e adolescentes. Os dados analisados foram coletados em processos Judiciais tramitados nas Varas Especializadas da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJE/PA, nas Comarcas de Ananindeua, Belém Castanhal e Santa Izabel. Foram ao todo 74 processos coletados, que tramitaram no período de 2012 a 2016. Entre estes, haviam processos concluídos (sentenciados e tramitados em julgado) e processos em andamento. O instrumento utilizado foi o formulário de Caracterização Biopsicossocial – FBS, tomado como referência do estudo de Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2006) e adaptado para pesquisa de situações específicas sobre o adolescente. As análises dos dados foram realizadas no software estatístico SPSS versão 20.0 for Windows. A predominância de adolescentes ofensores é do sexo masculino com um percentual de 97,3 %; com idade entre 11 a 17 anos. No caso das vítimas a maioria também é do sexo masculino, apresentando uma diferença pequena de 52,7 % de meninos e 47,3% de meninas, com a maioria estando na faixa etária de 2 a 6 anos, num percentual de 51,4%. Segundo os dados os vínculos entre acusados e vítimas na maioria das ocorrências não são da mesma família, sendo a maior incidência de ofensores que são vizinhos (31,1 %). Esses espelhos inicialmente demonstram uma situação de proximidade de convívio entre acusados e vítimas, tanto compondo o mesmo grupo familiar ou a mesma comunidade. Os resultados encontrados trazem variáveis de análise que são fundamentais para ampliar o conhecimento sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, com foco no autor adolescente. O objetivo da investigação é contribuir com a discussão da temática dos direitos sexuais de crianças e adolescentes e assim contribuir na elaboração das políticas de atendimento e responsabilização dos ofensores, primando pelos princípios preconizados no ECA.

Palavras-Chave: adolescente ofensor, direitos sexuais, abuso sexual.

ABSTRACT

VINÓLIA COSTA VIEIRA: PROFILE OF ADOLESCENTS ACCUSED OF SEXUAL OFFENDERS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS.

(Under the orientation of Prof. Dr. José Soares Martins)

This study investigated the biopsychosocial characteristics of adolescents accused of sexual offenders of children and adolescents. The data analyzed were collected in the courts of the Specialized Courts of Childhood and Youth of the Court of Justice of the State of Pará - TJE / PA, in the Counties of Ananindeua, Belém Castanhal and Santa Izabel. A total of 74 processes were collected, which were processed in the period from 2012 to 2016. Among these, there were completed processes (sentenced and adjudicated) and processes in progress. The instrument used was the Biopsychosocial Characterization form - FBS, taken as a reference of the study by Habigzang, Koller, Azevedo and Machado (2006) and adapted to research specific situations on the adolescent. The data analyzes were performed in SPSS software version 20.0 for Windows. The predominance of offending adolescents is males with a percentage of 97.3%; Aged between 11 and 17 years. In the case of the victims, the majority is also male, with a small difference of 52.7% in boys and 47.3% in girls, with the majority being in the age range of 2 to 6 years, in a percentage of 51.4 %. According to the data, the links between accused and victims in most cases are not of the same family, with the highest incidence of offenders who are neighbors (31.1%). These mirrors initially demonstrate a situation of closeness of conviviality between accused and victims, both composing the same family group or the same community. The results show variables of analysis that are fundamental to increase the knowledge about the phenomenon of sexual violence against children and adolescents, focusing on the adolescent author. The objective of the research is to contribute to the discussion of the sexual rights of children and adolescents and thus contribute to the elaboration of the policies of care and accountability of offenders, based on the principles recommended in the ECA.

Keywords: adolescent offender, sexual rights, sexual abuse

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho com toda a força do meu afeto ao meu pai Wardelino dos Santos Costa, que na sua existência terrena, se fez referência nos meus planos e ambições. Tudo em minha vida dedico a ele nessa sua nova forma de existir em nossas vidas.

A minha mãe Maria Raimunda Silva Costa, colo acolhedor, que cuidou firmemente dos ensinamentos dos princípios da honestidade, da perseverança, do trabalho e da generosidade.

A todas as crianças e adolescentes brasileiros, pela preservação da sua dignidade.

A todos os homens e mulheres desse mundo afora, que fazem da luta pelos direitos humanos de crianças e adolescentes, uma missão de vida.

AGRADECIMENTOS

Á ele a quem tudo confio desde o plantio das sementes até a colheita; Deus, pai generoso.

As minhas irmãs Vania Cecilia, Vanda D'arc e Vivian Daianne, minhas estrelas nas inquietações permanentes.

A Janison Gurjão Vieira, companheiro de palavras de entusiasmo e de apoio, firme na convicção de que tudo ia dar certo.

Aos meus amigos e companheiros dessa etapa acadêmica Alice Syrlei Minosso, Bárbara Mahon e Ricardo Rentes; que desde o início atraídos pelo compromisso de vencer esse desafio, nos tornamos uma família em Porto.

Ao meu amigo André Franzini, sempre sentinela maravilhosa para dar todo o apoio necessário. Mais que um amigo generoso, um companheiro de lutas e de confiança.

Á professora Dr. Lilian Cavalcante, Zenildo Costa Pantoja e Jaqueline Rodrigues de Sousa do Laboratório de Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará, cujas contribuições tornaram possível esse estudo, pondo toda sua sabedoria à disposição das minhas constantes dúvidas.

Aos magistrados e servidores das Varas da Infância e da Juventude das Comarcas de Ananindeua, Belém, Castanhal e Santa Izabel, pela disponibilidade e confiança com que receberam esse estudo.

Ao meu orientador Prof. Doutor José Soares Martins, pela orientação serena que trouxe tranquilidade e segurança no momento certo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - Direitos Sexuais de crianças e adolescentes: a violência sexual num contexto de proteção integral	4
CAPÍTULO II - Modelos Teóricos de Agressão Sexual	15
2.1. Modelo de Finkelhor (Pre condições)	
2.2. Modelo de Abel, Becker e Cunninfham – Rathener	
2.3 Modelo de Marshall e Barbaree	
2.4 Modelo de Hall e Hirschaman (Modelo Quadripartite)	
2.5 Modelo de Malamuth	
2.6 Modelo de Ward e Hudson (Pathway Theory).	
CAPÍTULO III - Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano e a Agressão Sexual de Crianças e adolescentes.	35
3.1 O adolescente Ofensor Sexual e o encontro e desencontro com a própria sexualidade.	
CAPÍTULO IV - Estudo do Perfil dos Adolescentes acusados de Ofensores Sexuais de crianças e adolescentes	45
4.1 Justificação do Estudo	
4.2 Objetivos	
4.3 Desenho da Investigação	
4.4 Instrumentos	
4.5 Amostra	
4.6 Procedimentos	
4.7 Análises	
4.8 Resultado	
4.9 Discussões	

Considerações Finais	73
Referências Bibliográficas	76
Anexos	82

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativo de Processos Judiciais analisados por Comarca	50
Tabela 2	Quantitativos de Processos por Comarca e situação processual	56
Tabela 3	Dados sociodemográficos do adolescente acusado e da vítima	57
Tabela 4	Dados sobre as características da agressão	60
Tabela 5	Dados das características dos trâmites processuais	61
Tabela 6	Dados das características biopsicossociais do adolescente acusado	64

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Denúncias sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no Disque 100.	02
Figura 2 – Termos que orientaram as buscas preliminares e exploratórias da pesquisa – Revisão Sistemática de Literatura.	51
Figura 3 – Questões de relevância do Estudo – Revisão Sistemática de Literatura.	53
Figura 4 – Mapa da mesorregião Metropolitana de Belém.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS

AS	Abuso sexual
CF	Constituição Federal
CREAS	Centro de referência Especializado em Assistência Social
DHCA	Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
MSE	Medida socioeducativa
OMS	Organização Mundial da Saúde
PSC	Prestação de Serviço á comunidade
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SAI	Serviço de Acolhimento Institucional
SAM	Sistema de Atendimento ao Menor
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Sistema de vigilância de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, confere à criança e adolescentes paradigmas de Proteção Integral e Prioridade absoluta, se contrapondo a tempos passados em que a infância e a adolescência estavam sobre a égide de uma doutrina de situação irregular. Ou seja, uma forma de pensar a infância e a adolescência somente como um problema social a ser tutelada pelo Estado e as instituições, na perspectiva do controle e da manutenção da ordem social a partir de práticas numa lógica clientelista. A proteção integral inaugura o paradigma da criança e ao adolescente como sujeito de direitos na sua integralidade, que exige uma proteção prioritária estendendo-se a sua família. Esse advento insere na sociedade brasileira um projeto de sociedade da humanização, materializando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. O Estatuto da criança e do adolescente é a lei que preconiza toda esse aparato de garantias, através da criação de um sistema de Garantia de Direitos, que se caracteriza precipuamente um conjunto articulado de políticas e atores para promoção, defesa e controle social dos direitos.

A violência sexual tem sido descrita como socialmente complexa, polissêmica e multifatorial, atingindo diversas singularidades e grupos sociais independente de religião, de condição econômica, como propõe Matos et al (2013). A violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, é um fenômeno universal que se manifesta em diversos contextos históricos e culturais.

Este estudo se propôs a investigar no âmbito do fenômeno da agressão sexual, na ótica de enfocar as particularidades do agressor. Inicialmente um fator motivador e que também traz limites é o fato de que pouca literatura nacional foi produzida nessa temática, tendo maior oferta de publicações de origem internacional seja de cunho teórico, seja resultante de investigações empíricas. Esse cenário se dá, porque durante muito tempo no âmbito da pesquisa da violência sexual, se debruçou sobre os aspectos que dizem respeito a vítima. A opção por estudar o adolescente como autor, se dá na perspectiva de ampliar a investigação sobre esse segmento, no sentido de construir as variáveis para a compreensão sobre a conduta desviante, motivado pelos princípios da Criminologia. Por isso considerou-se identificar as características biopsicossociais dos adolescentes acusados,

assim como verificar aspectos que interagem na dinâmica da agressão sexual, para que assim possa contribuir para a elaboração de estratégias de intervenção que vislumbrem e materializem os princípios preconizados no Estatuto da Criança e do adolescente. Além disso, o estudo sobre o autor de agressão sexual, a partir do Modelo bioecológico de Desenvolvimento Humano, possibilita elaborar um perfil capaz de responder questões regionais do norte do Brasil. Esse intento tem sido um debate bem atual no que diz respeito à investigação ao nível das características biopsicossociais, conforme se pode observar nas diversas referências empíricas estudadas. Sendo assim a expectativa é contribuir no âmbito da pesquisa da violência sexual contra crianças e adolescentes, abrangendo a compreensão das características do autor adolescente e da dinâmica da agressão sexual.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, em que os três primeiros trazem uma investigação teórica, resultado de uma revisão sistemática de Literatura, cujo trabalho foi analisar um rol de publicações de produções teóricas e análises empíricas sobre agressão sexual, em especial de crianças e adolescentes. Os dois últimos capítulos tratam do demonstrativo dos dados resultados da Pesquisa sobre Processos Judiciais, a partir do instrumento de coleta chamado Formulário de Caracterização Biopsicossocial – FCBS, da análise e da discussão dos resultados. O primeiro capítulo “Direitos Sexuais de crianças e adolescentes: a violência sexual num contexto de proteção integral”, enfatiza a questão dos direitos sexuais da criança e do adolescente, que se encontram no campo da invisibilidade, pois a dinâmica das relações tem imposto à vivência da sexualidade de meninos e meninas num paradigma adulto. Essa realidade já evidencia uma situação de vulnerabilidade. Sobre a égide da Proteção integral como princípio constitucional, se traz a necessidade de fazer uma reflexão crítica sobre o fenômeno da agressão sexual, para compreender os diversos fatores envolvidos através da dinâmica dos processos judiciais e o papel das instituições nos fluxos da rede de proteção. O segundo capítulo “Modelos Teóricos de Agressão Sexual”, aborda sobre as referências dos tipos de agressores sexuais e seus modus operandis, também revelando fatores ligados ao contexto e às questões subjetivas do comportamento do autor de violência sexual. O terceiro capítulo “Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano e a Agressão Sexual de Crianças e adolescentes” trata sobre a concepção de desenvolvimento e a correlação com o princípio da condição peculiar e as correlações com as influências do ambiente social, em especial

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ao desenvolvimento do adolescente, enfocando aspectos comportamentais e da construção da identidade sexual, tenho como referência a contribuição da psicanálise. O quarto capítulo "Estudo do Perfil dos Adolescentes acusados de Ofensores Sexuais" apresenta a metodologia da pesquisa, tratando dos procedimentos e dos instrumentais de coleta e análise dos dados. Em seguida apresenta os dados estatísticos tratados a partir do programa SPSS Windows 2.0, apresentando tabelas onde se agruparam variáveis sobre A) Dados sociodemográficos dos adolescentes acusados e das vítimas, B) Dados sobre as características da Agressão, C) Dados das características do trâmite processual D) Dados das características biopsicossociais do adolescente acusado. Ao apresentar os dados faz-se análise dos percentuais e das variáveis encontradas. No último capítulo, se expõe as considerações e os debates a partir dos dados encontrados e das informações que traduzem toda leitura teórica da agressão sexual contra crianças e adolescentes, em especial os dados que desmistificam o cenário da violação enfocando o adolescente acusado.

CAPÍTULO I

Direitos Sexuais de crianças e adolescentes: a violência sexual num contexto de proteção integral.

A violência contra criança e adolescente está presente desde a época bíblica, que pela Lei Talmúdica aceitava a relação sexual do adulto com crianças desde que o pagamento fosse apropriado e justo. A Lei Canônica da igreja católica do século IX determinava, por exemplo, que a relação sexual definia a posse, ou seja, o estupro era um meio indissolúvel de se contrair matrimônio (Bass & Thornton, 1985). Todavia, na Idade Moderna, o adulto passou, pouco a pouco, a preocupar-se com a criança, compreendendo-a enquanto ser dependente e frágil. De acordo com Levin (1997), a palavra infância passou a designar desde então a primeira idade de vida: a época em que fica mais clara a necessidade de proteção, ideia esta que perdura até os dias de hoje.

Embora a concepção de infância tivesse ampliado, subsistia a ambiguidade entre a infância e a adolescência. Assim como a infância ou a concepção de criança, a ideia de adolescência ou adolescente em épocas remotas também tiveram várias acepções, mudando em função de cada época histórica vivenciada pela humanidade. Conforme Ariès (1981) foi somente a partir do século XVIII que a concepção de adolescência começou a surgir como se conhece hoje, com características próprias, com uma mistura de pureza e força física, espontaneidade e alegria de viver.

Na idade média a primeira infância iria desde o nascimento até os sete anos, a segunda idade se estenderia dos sete aos quatorze anos e a terceira idade a adolescência (15 aos 20/28 anos), nesta fase a pessoa seria considerada apta para procriar. Nessa idade o indivíduo cresceria em toda a sua grandeza devida a sua natureza. Similar como aconteceu com a infância, a adolescência também sofria uma série de mazelas sociais. A responsabilidade crescia conforme a idade aumentava, tornando-se adulto cada vez mais cedo, casando, assumindo responsabilidades financeiras e trabalhando para o sustento seu e de sua família.

A principal mudança da concepção da adolescência se deu na transição da idade média para a modernidade, onde foi observada mudança comportamental na sociedade, com o advento da educação e a passagem da cultura coletivista para a privativa, colocando a instituição familiar em outro papel, não somente como provedora dos bens materiais, mas como protetora dos seus membros. Este novo movimento deu início a moralidade o que inspirou a necessidade de proteger as crianças e os adolescentes (Aries, 1981).

No decorrer da história social, a adolescência vai assumindo cada vez menos responsabilidades ganhando um novo espaço e se preparando para a vida adulta. Assim a adolescência vai se expandindo e empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. Para Ariès (1981) a humanidade passou de uma época em que não havia adolescência para outra época em que a adolescência era a idade favorita, desejando-a que ela chegasse cedo e nela permanece por muito tempo.

Vasconcellos e Sarmiento (2007) consideram que mais do que a ausência da consciência da infância e da adolescência entre a idade média e a pré-modernidade, conforme explica Philippe Áries sobre o adultocentrismo da infância, existiram à época concepções que foram profundamente alteradas pela emergência do capitalismo, pela escola pública e pela vasta renovação das ideias com a crise do pensamento teocêntrico e o advento do racionalismo. No entanto, essa mudança conceitual não evitou que a violência continuasse a ser perpetrada contra a criança e o adolescente. Pode-se afirmar que todas essas manifestações históricas, em épocas distintas da humanidade, demonstram que a violência foi desde o início tratada de maneira desconectada do princípio da garantia dos direitos humanos, principalmente a respeito dos direitos da criança e do adolescente.

Na psicologia, na modernidade, assim como em outras áreas, a adolescência foi institucionalizada, foi apresentada a partir do conceito de moratória e caracterizou-a como uma fase especial no processo de desenvolvimento, na qual a confusão de papéis, as dificuldades para estabelecer uma identidade própria a marcavam como um modo de vida entre a infância e a vida adulta. Para Becker (1989) um caráter universal e abstrato foi dado a adolescência; inerente ao desenvolvimento humano, a adolescência não só foi naturalizada como foi tomada como uma fase difícil. Uma fase do desenvolvimento, semipatológica, que se apresenta carregada de conflitos “naturais”.

Becker (1989) sinaliza ainda que a adolescência é uma passagem de uma atitude de simples espectador (infância) para outra fase mais ativa, questionadora. A adolescência, concebida como transformação, toma, da sociedade e da cultura, e manifesta-se nas varias formas de expressão. A concepção de adolescência na atualidade parece enfatizar que esta fase é singular para o desenvolvimento humano, pois não é criança nem são adultos, o que traz uma necessidade preeminente de proteção, presente até hoje nas leis vigentes.

Mesmo com o avanço na concepção da infância e de adolescência, não há como desconsiderar o fato de que a violência contra crianças e adolescentes permaneceu presente nas sociedades seguintes, chegando até a contemporaneidade. No Brasil, assim como em outros países das Américas, a prática de agressão à criança ao adolescente tem sido diferente. No período colonial, a ideologia católica, inquisição da supressão da heresia na igreja católica no período colonial foi responsável por reprimir os desvios sexuais e atos de bruxaria. Mulheres e crianças foram castigadas e mortas por uma suposta prática sexual não permitida. Esses costumes têm em comum o fato dos homens ditarem as normas sobre os atos sexuais, julgando seus limites, proibições, castigos.

Portanto, quanto mais se retroage na história maior é a chance de se deparar com situações hoje definidas como de violação de direitos e o fracasso de medidas de proteção integral, que foram incapazes de conter a escalada dos casos de abandono, espancamento, morte e violência física, psíquica e sexual. Portanto, o reconhecimento do sentido da infância como uma fase singular do desenvolvimento humano e com um olhar diferenciado para a violência que impõe riscos e ameaças à integridade física, mental, espiritual e social à criança e adolescente é uma preocupação política relativamente recente no mundo e no Brasil.

É importante destacar que mesmo com o aparecimento das organizações internacionais que promoveram a discussão sobre os direitos humanos, a exploração sexual de mulheres e crianças não foi colocada em primeiro plano. Destaca-se que a primeira preocupação da Comunidade Internacional foi com a escravidão. Primeiramente, houve a repressão ao tráfico de pessoas e depois a preocupação com os raptos de crianças e mulheres que eram submetidas a abusos e prostituição.

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No século XX, precisamente em 1924, foi realizada a primeira Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, entretanto não se tratou sobre a questão específica da exploração sexual infantil e nem sobre o comércio sexual de criança. Em 1948, na Assembleia Geral das Nações Unidas, houve a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nela, os direitos e liberdades das crianças e adolescentes estavam implicitamente incluídos. Foi, entretanto, somente após o fim da segunda Guerra Mundial que a ONU - Organizações das Nações Unidas e sua subsidiária específica para a infância, a UNESCO, deram início ao debate sobre a situação da criança e adolescente.

Em 21 de março de 1959, na Cidade Lake Success, Nova York, foi instituída a penalização da prostituição, sem, contudo, especificar a proteção de crianças e adolescentes. No dia 20 de novembro do mesmo ano, na Assembleia Geral da ONU proclamou-se a Declaração dos Direitos da Criança, que continha dez princípios e um deles defendia o direito à proteção especial para as crianças.

Outro marco relevante foi a criação, em 1948, da Organização Mundial de Saúde OMS, subordinada a ONU. Em 1977, pela gravidade da situação de violência no mundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) dedicou-lhe prioridade na Assembleia Mundial de Saúde. Embora não haja dúvida que acidentes e violências sejam problemas que afetam a saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde, a partir de 1993, passou a recomendar insistentemente aos países membros a inclusão do tema nas agendas de intervenção. Em 2002, a OMS publicou assim um extenso informe: Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, trazendo para a área uma reflexão sobre responsabilidades específica e intersectorialidade. Cabe citar ainda, nessa conjuntura histórica, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989, como uma relevante contribuição no enfrentamento a violência, como um tratado que visa à proteção de crianças e adolescentes de todo o mundo.

É relevante mencionar que, no Brasil, a violência, especificamente a sexual, contra crianças e adolescentes só no final do século XX começa a ser incluída como preocupação efetiva na agenda da sociedade civil, através da Constituição Federal Brasileira (1988), que antecipou princípios legitimados pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989.

A sociedade civil brasileira despertou para uma mobilização intensa em favor da criança e adolescente, pela gravidade do fenômeno da violência. Nesse período, fóruns e debates pressionaram a formulação de leis de amparo à infância, na perspectiva da garantia de direito e de proteção integral. Surge, assim, no Brasil, em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Neste documento, os interesses superiores da criança foram priorizados sob todas as formas de medidas de proteção por instituições de bem-estar social, públicas ou privadas. O ECA também insere com o princípio da Proteção integral, um projeto de sociedade.

Reconhecer e dar visibilidade das características específicas de crianças e adolescentes e a consagração de interesses que são oriundos da sua condição de pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, são temas que vêm ganhando destaque nas últimas décadas, sendo fruto de profundas transformações sociais e políticas públicas. Todas essas transformações sociohistóricas mantêm uma relação de mútua influência com as mudanças percebidas no conceito de infância, família, instituições e, conseqüentemente, de como ela se torna sujeito de direito e protagonista da prioridade na atenção das políticas públicas e conseqüentemente assistidas nas suas necessidades (Landini, 2003; Silva & Hutz, 2002). Mas o cenário mostra que esse o desafio de enfrentamento para coibir o abuso e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, apesar de todos os esforços que têm sido feitos até agora no sentido de melhor compreender a incidência desse problema no Brasil e no mundo, vem sofrendo recuos e oscilações. As razões se concentram na criação de programas e leis mais implacáveis, campanhas de conscientização, centrais telefônicas de denúncia e demais estratégias de contenção do problema. Porém há de se pensar que é necessário também internalizar o paradigma de que criança é sujeito de direitos humanos, e que os direitos sexuais precisam ser visíveis e absolutos de fato.

Todavia, percebe-se que, em geral, as medidas de prevenção e enfrentamento da agressão sexual em suas diferentes facetas e contextos adotados por governos e sociedades de forma isoladas ou integradas parecem não ter conseguido dar conta de compreender toda a extensão do problema e a forma como efetivamente este afeta as suas vítimas. Além disso, as ações interventivas têm deixado em aberto várias questões relacionadas que parecem ter relação direta com a efetividade e eficácia dos seus resultados e impactos,

qual seja a condição biológica, psicológica e social do autor de agressão sexual, ou seja, do responsável por perpetrar a violência sexual contra a criança e o adolescente. E quando o autor é adolescente, situar a situação nesse espaço de princípios, quais sejam da condição peculiar de desenvolvimento e de proteção integral.

As razões para se qualificar o estudo e formular conceitos e tipologias mais precisas sobre a violência sexual são muitas. Uma delas, acredita-se ser a pluralidade de estudo no âmbito da vitimologia, sem ampliar, para o estudo do agressor sexual de crianças e adolescentes. Mai ainda a aridez de entender o adolescente ofensor sexual. Apesar dessa limitação, hoje cada vez mais teóricos e estudiosos de diferentes pontos de vistas consideram que a questão central desse debate parece estar relacionada à definição de papéis sociais e de características biopsicossociais de vítima e também do agressor sexual. Maria Francisca Reboco e Rui Abrunhosa Gonçalves (2012) no seu estudo Comportamento Predatório e modus operandis de violadores e abusadores sexuais de menores, falam de uma interação entre vítima e ofensor, como um processo que:

“é influenciado a cada passo não apenas pelas características individuais e atividades do ofensor, mas também pela características individuais e atividades da vítima, pelo ambiente e pelas circunstâncias situacionais.”

Nesse sentido, passa por uma compreensão que as formas de se relacionar entre vítimas e autores, também oferecem condições para que a violência aconteça, sempre expressando relação de poder e domínio, mas também a possibilidade de relações próximas, de confiança e convivência afetiva, no caso de adolescentes autores.

Os direitos sexuais de crianças e adolescentes estão situados no o universo da sexualidade próprios desse momento de vida, há que se entender que suas características físicas e psíquicas os colocam num patamar como um ser vulnerável, numa sociedade onde a referência são valores da sexualidade é do adulto. Ora como sendo vítima ou mesmo autor de violência sexual. Em dimensões diferentes, porém compreensível que nesse sentido à condição de vítima também seja o âmbito mais explorado e mais aborda do de investigação e construção teórica. Ampliar a percepção da condição do autor, se reporta as questões tão debatidas no âmbito da Criminologia critica contemporânea, de partir para um paradigma de investigação das condições do sujeito, em toda sua amplitude. A questão

da sexualidade na infância e na adolescência, reporta diretamente à um princípio basilar que é o princípio da condição peculiar de desenvolvimento, que se estrutura não somente em características biológicas desse desenvolvimento, mas repercute sobre questões emocionais, psicológicas e interacionais do ser adolescente com o meio vivenciado. Primeiramente é discernir e desapartar a questão do desenvolvimento da sexualidade dos adolescentes dos parâmetros adultocêntricos. Afastar a ideia de que adolescentes vivem e interagem com sua sexualidade como os adultos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou, no ano de 2013, uma pesquisa de campo referente à agressão sexual no país e obteve os seguintes resultados: no Brasil, 0,26% da população sofreu agressão sexual, indicando que anualmente ocorrem 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados. Essa pesquisa constatou que no ano de 2011 foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) 12.087 casos de estupro no Brasil e 70% desses estupros vitimaram crianças e adolescentes. Este dado é alarmante e sinaliza a necessidade da realização de mais estudos que tenham como objetivo conhecer melhor essa problemática na sociedade atual, pois se supõe que desta forma será possível ter elementos eficazes de intervenção para este antigo problema social (Cerqueira & Coelho, 2014). A referida pesquisa do IPEA (2013) também obteve informações referentes aos autores de agressão sexual e aos locais onde ocorreram as agressões sexuais. Em relação aos autores de agressão sexual foi demonstrado que a maioria é do sexo masculino, independentemente da idade da vítima. Os casos que envolveram mais de um autor dessa agressão ocorreram quando a vítima era adolescente e 24,1% dos autores de agressão.

No que se refere às denúncias dos casos de agressão sexual, em dezembro de 2010, foi criado no Brasil o serviço telefônico *Disque Direitos Humanos*, o qual atua em várias áreas relacionadas à defesa de direitos humanos. Em relação à agressão sexual contra crianças e adolescentes, este serviço ocorre por meio do Disque 100, o qual ampliou a capacidade de atendimento às denúncias desta forma de agressão. O Disque 100 é um serviço coordenado pela Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Esta maneira de fazer denúncias tem se mostrado efetiva e vem se consolidando em todo território nacional como um meio de quebrar o silêncio em relação à agressão sexual contra crianças e adolescentes (Brasil, 2011). Segundo o Relatório do

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Disque Direitos Humanos de 2011, cerca de um terço das denúncias recebidas é referente à violência sexual contra crianças e adolescentes. Os dados das denúncias são repassados imediatamente às autoridades locais para averiguação e providências, sendo o poder público provocado no sentido de tomar as medidas cabíveis em relação ao problema em questão (Brasil, 2011). A tabela 1, com base nos registros do Disque 100, demonstram os dados da violência sexual contra crianças e adolescentes, entre os anos de 2013 e 2014, nas regiões do Brasil e seus estados.

REGIÃO	ESTADO	Denúncias 2013	Denúncias 2014
NORTE	ACRE	230	112
	AMAZONAS	879	712
	RORAIMA	38	29
	AMAPÁ	105	52
	PARÁ	1276	817
	RONDONIA	430	201
	TOCANTINS	161	130
TOTAL		3.119	2.016
NORDESTE	MARANHÃO	1449	898
	PIAUI	511	321
	CEARÁ	1357	843
	RIO GRANDE DO NORTE	747	620
	PARAÍBA	947	580
	PERNAMBUCO	1447	933
	ALAGOAS	549	318
	SERGIPE	350	200
BAHIA	3077	1907	
TOTAL		10.431	6.620
CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	474	535
	MATO GROSSO DO SUL	549	399
	MATO GROSSO	612	454
	GOIÁS	1191	853
TOTAL		2.826	2.241
SUDESTE	MINAS GERAIS	2676	1958
	SÃO PAULO	3873	3159
	ESPIRITO SANTO	514	365
	RIO DE JANEIRO	3286	1804
TOTAL		10.349	6.986
SUL	PARANÁ	1624	1176
	SANTA CATARINA	1297	1270
	RIO GRANE DO SUL	1676	1093
TOTAL		4.597	3.539

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Figura 1: Denúncias sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Disque 100

No que se refere ao local onde ocorreu a agressão sexual contra crianças e adolescentes, Cerqueira e Coelho (2014) demonstraram com os dados da pesquisa do IPEA que, nos casos em que o autor dessa agressão era um familiar ou conhecido da família, a residência

da vítima foi o lugar mais frequente. Quando o autor era desconhecido, o local em que ocorreu, destacadamente, esse tipo de agressão, foi a via pública, seguido de escolas, locais de práticas esportivas, bares e similares, comércios entre outros.

A pesquisa citada também indicou que a agressão sexual acontece com mais frequência em contexto intrafamiliar e quando a criança ou o adolescente reside fora da área urbana. Essa pesquisa (IPEA, 2013) também apontou que morar em áreas afastadas dos grandes centros urbanos aumenta a probabilidade desse tipo de agressão acontecer, especialmente no contexto intrafamiliar.

O estudo realizado por Martins e Jorge (2010), que objetivou conhecer as características da agressão sexual em crianças e adolescentes de zero a 14 anos e que possuía uma amostra de 186 autores de agressão sexual do contexto intrafamiliar e extrafamiliar, identificou que o autor de agressão sexual intrafamiliar apresentou a seguinte variação: padrasto (30,1%) pai biológico (7, %) e outros parentes (21,5%). No contexto extrafamiliar este estudo demonstrou que o vizinho foi o sujeito mais frequente (18,3%), seguido de amigos da família (8,6%), colega de escola (4,8%), desconhecidos (3,8%), namorado da mãe da vítima (1,1%), porteiro do prédio (1,1%), vendedor de lanche da escola (1,1%), mãe (0,5%), babá (0,5%), Caseiro da chácara (0,5%), em (1,1%) não informado quem foi o autor da agressão sexual.

Rebocho e Gonçalves (2012) ao estudar autores de agressão sexual de crianças e adolescentes comparam o modo que os diferentes tipos de autores de agressão sexual agem com as vítimas. Os resultados demonstraram que estupradores (aqueles que agrediram vítimas com idade acima de 14 anos), pertenciam mais ao contexto extrafamiliar e tendiam a se expor a riscos mais elevados de apreensão ao cometer esse tipo de crime, enquanto que os molestadores de crianças (que agrediram vítimas com a idade até 13 anos) pertenciam mais ao contexto intrafamiliar. O estudo sugere que esse tipo de comportamento pode estar relacionado a fatores como racionalidade limitada e a falta de autocontrole, devido a traços da personalidade dessas pessoas, o que os leva a tomar decisões não assertivas.

No que se refere aos molestadores de crianças, o estudo de Rebocho e Gonçalves (2012) afirma que essas pessoas nem sequestram, nem usam armas, na prática da agressão, pois,

em geral, possuem laços familiares com as vítimas, ou seja, são pessoas próximas a eles, do ponto de vista relacional e espacialmente. Na maioria das vezes seu relacionamento com a vítima é de natureza não hostil, o que facilita o sucesso de estratégias mais sutis e manipuladoras, até porque, em geral, possuem uma posição de autoridade dentro da família.

As características biopsicossociais desenvolvidas pelas pessoas precisam ser melhor estudadas, pois esse fator é fundamental para compreender o comportamento das pessoas que praticam agressão sexual contra crianças e adolescentes. De acordo com Barreto, Soares, & Barbato (2014), os estudos psicológicos sobre desenvolvimento humano tiveram seu período formativo, entre os anos de 1882 e 1912, na França e nos Estados Unidos, porém priorizavam pesquisas referentes aos primeiros anos de vida. Nesse período, os principais estudos desenvolvidos eram centrados na psicobiologia, a psicologia da personalidade e no desenvolvimento cognitivo.

No decorrer do tempo, este quadro foi se modificando e atualmente muitos cientistas reconhecem que o desenvolvimento continua ao longo de toda a vida, por isso cada vez mais outros grupos tem sido estudado.

Estudos sobre o desenvolvimento humano, que utilizam teorias de bases sistêmicas, buscam compreender os fenômenos estudados de maneira interacional, por meio das influências exercidas pelos contextos vivenciados no percurso desenvolvimental. Este estudo utilizou como referencial teórico o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner, o qual possui as dimensões de análise Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT). Este modelo define desenvolvimento como “o fenômeno de continuidade e de mudança nas características dos seres humanos como indivíduos e como grupos. Esse processo de desenvolvimento se estende ao longo do ciclo de vida, mediado pelas sucessivas gerações e pelo tempo histórico, tanto passado quanto futuro” (Bronfenbrenner, 2011).

De acordo com De Antoni e Koller (2014), as dimensões de análise do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano permitem avaliar as características das pessoas em múltiplos âmbitos em seu processo de desenvolvimento, de acordo com os

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES diversos níveis de contexto (microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema) do qual faz parte e sempre mediado pelo tempo.

No Brasil, na última década do século XX, começaram, de forma intensa, campanhas de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil, sendo instituído por meio da Lei Federal nº. 9.970, de 17 de maio de 2000, o dia 18 de maio como o *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Este dia foi escolhido por ser a data em que a menina de oito anos de idade, Araceli Cabrera Sánchez Crespo, a qual morava em Vitória no Espírito Santo, foi encontrada morta com marcas de vários tipos de violência, entre elas, a agressão sexual, no ano de 1973. Os autores desse crime eram desconhecidos da vítima e não foram condenados (Lírio, 2013).

Na última década do século XX, também houve a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Brasil, 2000). Nele, uma das metas previstas é a criação de programas para o atendimento de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes. Segundo Lima e Deslandes (2011), ainda são escassos os serviços especializados no atendimento de autores de agressão sexual no país em funcionamento e aqueles existentes estão sob responsabilidade de organizações não governamentais.

É importante destacar que a agressão sexual no Brasil tem notificação obrigatória, podendo ocorrer a apuração da responsabilidade daqueles que se omitem e decidem não denunciar, caso estejam cientes de que alguma criança ou adolescente está sofrendo agressão sexual, ficando os mesmos sujeitos às penalidades legais. A agressão sexual infringe a dignidade de crianças e adolescentes e está entre as formas de agressão perpetradas contra esta faixa etária (0 a 18 anos) menos notificadas pelas instituições de saúde, quando comparada à negligência e à violência física. Desse modo, diz-se ser importante pesquisar a violência sexual, principalmente, quando se quer obter mais dados sobre os autores dessa violência, visto que a literatura sobre as vítimas é vasta, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Apesar da menor quantidade de publicações sobre autores de agressão sexual de crianças e adolescentes em comparação com as publicações relacionadas às vítimas, na atualidade, o tema em questão vem obtendo maior visibilidade social. Este fato tem despertado um crescente interesse em desenvolver estudos sobre o assunto no meio científico (Moura &

Koller, 2008; Pincolini & Hutz, 2014). Com a produção de mais trabalhos que abordem autores de agressão sexual, supostamente se tem a possibilidade de mais debates sobre várias questões relacionadas a esse tipo de agressão e a provocação de mudanças na maneira de perceber esse fenômeno, que aos poucos passa a ser compreendido de forma sistêmica (Martins & Jorge, 2010; Neves, et al., 2010). Na sociedade brasileira vem ocorrendo maior visibilidade da agressão sexual contra crianças e adolescentes por meio movimentos sociais, criação de leis e modificações na legislação existente (Lei 8.069 de 1990, Código Penal Brasileiro).

CAPÍTULO II

Modelos Teóricos de Agressão Sexual

A pesquisa de campo no âmbito dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, pouco tem avançado na perspectiva de ampliar análises empíricas sobre a violação desses direitos, tendo como protagonista do estudo o autor da agressão. Somente a partir dos meados início desse século, sobretudo na última década tem se pautado a discussão sobre um perfil do fenômeno da violência sexual, que aborde esse lugar do autor. Porém a discussão sobre condição biopsicossocial do autor de agressão sexual, pouco avançou, neste lapso temporal. A discussão sobre a identidade e as características biopsicossociais do autor de agressão sexual de crianças e adolescentes ainda é um tema marginal e obscuro sob o véu da ciência, até hoje pouco explorado e, que traz um ranço histórico e social dos múltiplos preconceitos que marcaram a pesquisa antropológica, sociológica, psicológica, entre outras áreas do conhecimento (Esber, 2009; Morais, Santos, Moura, Vaz & Koller, 2007, Moura, 2007). A maioria dos estudos sobre violência sexual tem investigado as vítimas, com poucos trabalhos sobre autor de agressão sexual. Talvez isso se deva em função da maior visibilidade social e da importância, como violação de direito da vítima. A preocupação central das pesquisas até hoje tem sido compreender quem são as crianças e os adolescentes vítimas da violência sexual, qual o seu perfil, quais os contextos em que têm ficado mais expostas, quais as estratégias de atendimento entre outras. Comparativamente, pode-se dizer que existem mais pesquisas com as vítimas de violência sexual que com do autor de agressão sexual, apesar de uma ampla literatura internacional. Isso é presente tanto no cenário brasileiro, quanto no internacional. Quando se reporta às investidas investigatórias da condição do adolescente ofensor sexual, adentramos em campo bem menos explorado ainda.

Libório e Castro (2010), ao analisarem as pesquisas empíricas que investigaram os autores de agressão sexual nos Estados Unidos, fazem referência ao fato de que as categorias que os pesquisadores adotaram para estudo foram propostas em função dos recortes feitos

pelos autores a partir dos objetivos dos trabalhos originais revisados. Isso significa que, em geral, os estudos privilegiam a abordagem de aspectos de cunho social-legal ou psicopatológico (Esber, 2009). No recorte social-legal, a discussão baseia-se no tipo de crime cometido e no psicopatológico está centrada em categorias de procedimentos diagnósticos, revelando as psicopatologias mentais.

No Brasil, as pesquisas empíricas seguem na mesma direção, de maneira que os recortes são feitos em geral focalizando apenas os aspectos sociais (ou socioeconômicos), na perspectiva da garantia dos direitos humanos. Por sua vez, Serafim, Saff, Rigonatti, Casoy e Barros (2009) demonstram que, com significativa frequência, as pesquisas sobre violência sexual e a condição do autor de agressão sexual se concentram na área social e médica. Portanto, o termo perfil psicológico das pessoas que cometem violência sexual contra crianças e adolescentes acaba por focar os aspectos específicos das áreas do conhecimento em que foram gerados. No que diz respeito ao autor de violência sexual adolescente, esse estudo e levantamento de dados empíricos é ainda mais raro.

Além das contribuições das áreas de conhecimento e das teorias psicológicas, reunir modelos que expliquem os crimes sexuais e as crenças que legitimam as agressões sexuais pode ser um passo importante para a compreensão dos autores de agressão sexual além de permitir uma intervenção terapêutica mais adequada e eficaz. São vários os modelos teóricos que foram desenvolvidos com o intuito de compreender e explicar os agressores sexuais. Assim neste capítulo serão apresentados tais modelos a partir de uma ordem cronológica.

2.1 Modelo de Finkelhor (Pre condições)

Finkelhor começou a estudar os problemas de abuso de criança de vitimização infantil, maus-tratos e violência familiar em 1977. O Modelo de Pré-Condições de Finkelhor em 1984 foi o primeiro modelo multifatorial especificamente concebido com os autores de agressão sexual de crianças. É uma teoria simples e que sistematiza os diferentes fatores que influenciam o processo que origina o comportamento sexual violento. Este modelo é utilizado na intervenção com aos autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, permitindo explicar os objetivos e a natureza do tratamento, como também a caracterização dos tipos de agressores sexuais (Burgess, Commons, Safarik, Loooper &

Ross, 2007). Segundo Burgess, Commons, Safarik, Loooper e Ross, (2007), para a teoria ser capaz de possibilitar e estabelecer planos de tratamento para cada autor de agressão sexual deve permitir englobar explicações para os diferentes tipos de abusadores sexuais de crianças, mesmo sabendo que possuem problemáticas associadas diversificadas.

Finkelhor (1984) refere que o abuso sexual de crianças é um fenómeno complexo, multideterminado e com diferentes tipos de autores de agressão sexual (heterogeneidade) os quais são influenciados por diferentes tipos de necessidades psicológicas (diferentes motivações para as agressões), quer por influência de variáveis situacionais ou contextuais como as práticas parentais e as práticas sociais culturalmente existentes. Esses fatores originam o desenvolvimento de padrões de comportamento agressivos diferentes e com características psicológicas distintas. Para Finkelhor (1984), uma das questões mais relevantes a considerar na investigação é tentar esclarecer qual a ligação entre as necessidades psicológicas e a agressão sexual.

Por este modelo, os diferentes tipos de autores de agressão sexual de crianças se distinguem pela existência de motivações e necessidades psicológicas diferentes que serão traduzidas em diferentes padrões de agressão sexual. Segundo Finkelhor (1984) a maioria dos autores de agressão sexual não sofre de qualquer tipo de psicopatologia, pelo contrário eles possuem um padrão de funcionamento normal, no aspecto da integração profissional e familiar (Burgess, Commons, Safarik, Loooper e Ross, 2007).

Ainda para Finkelhor (1984) a teoria sobre os autores de agressão sexual de crianças deve ser capaz de explicar os vários fatores envolvidos na agressão sexual: o fato de haver indivíduos que são atraídos sexualmente por crianças, o aspecto de algumas crianças serem escolhidas como objetos preferenciais das agressões sexuais, e o motivo pelo qual os indivíduos cometem as agressões sexuais com crianças, apesar de saberem ser um ato extremamente punido pela sociedade. Desta maneira, Finkelhor (1984) estabelece quatro condições preexistentes ao comportamento agressivo de abusadores sexuais de crianças: fatores inerentes a necessidades psicológicas e à motivação (3 motivos), fatores situacionais e contextuais (inibidores internos), as práticas educativas parentais (inibidores externos) e as atitudes sociais e culturais sobre a sexualidade e as crianças. Desta forma, poder-se-ia separar autores de agressão sexual pelas modalidades de

motivação permitindo na intervenção terapêutica, utilizar formas diferenciadas de tratamento (Burgess, Commons, Safarik, Loooper & Ross, 2007).

Segundo Finkelhor (1984) a primeira pré-condição envolve três motivos diferentes para abusar sexualmente das crianças. Primeiro a congruência emocional, que se refere ao fato das necessidades dos indivíduos de serem satisfeitas através das características das crianças. Logo, este aspecto reflete a vulnerabilidade psicológica dos autores de agressão sexual, pois criam expectativas com determinada criança podendo satisfazer as suas necessidades de forma segura. Segundo Finkelhor (1984), estes autores de agressão sexual podem ser identificados psicologicamente como crianças, devido ao déficit no desenvolvimento emocional. Finkelhor (1984) refere também à importância dos fatores sociais e culturais nestes comportamentos. Segundo ele, os homens são socializados para serem detentores de poder e dominantes ao nível dos relacionamentos sexuais, vendo as crianças como pequenas e fracas fisicamente, e aptas como parceiras sexuais legítimas.

Como segundo motivo está a excitação sexual, que se refere ao fato do indivíduo se sentir estimulado ou excitado sexualmente por crianças. Por exemplo, a exposição à pornografia, ou outras atividades envolvendo agressões sexuais com crianças, como ver outras crianças a serem abusadas, ou o próprio indivíduo ter sido vítima de abuso sexual. Este autor refere que o fato de um indivíduo ter sido vítima de agressão sexual, não lhe provoca preferência sexual por crianças, isso só ocorre se essas experiências forem vivenciadas de forma negativa e muito forte. Por outro lado, salienta-se a importância dos aspectos culturais que podem potencializar a satisfação das necessidades emocionais por meio de comportamentos sexuais, referindo-se, no entanto, que muitos indivíduos podem cometer agressão sexual por possuírem níveis anormais de hormonas, que potencializam o desejo sexual, podendo levar a atos sexuais agressivos contra crianças.

A terceira motivação está associada ao bloqueio. Isso quer dizer que indivíduos que experienciam stress e não conseguem satisfazer as suas necessidades sexuais e emocionais de forma adaptada, adotam comportamentos agressivos em termos sexuais para obterem prazer e satisfação. Este bloqueio pode ser temporário ou permanente, podendo diferenciar-se de bloqueios desenvolvimentais e bloqueios situacionais. Tais bloqueios dão origem a comportamentos violentos e intrusivos, de forma pontual ou

situacional, como forma de obterem gratificação sexual (Burgess, Commons, Safarik, Looper & Ross, 2007). Estes bloqueios podem estar relacionados a problemas com as aprendizagens, déficits de competências, tal como é defendido pela teoria da aprendizagem, ou com fatores mais psicodinâmicos como a existência de medo nas relações sexuais com adultos, ou associados a abordagens mais sistêmicas da família, como os problemas conjugais.

A segunda pré-condição reporta-se aos inibidores internos, os quais são definidos como elementos que facilitam ou inibem o envolvimento do indivíduo em atos sexualmente abusivos. Este modelo teórico apresenta uma listagem de fatores que podem diminuir a capacidade do indivíduo de controlar o desejo e de se envolver sexualmente com crianças, são eles: a intoxicação por álcool, a desordem de impulsos, as psicoses, a falta de controle para inibir os comportamentos de incesto, a presença de stress na vida do indivíduo, entre outros aspectos. Segundo ainda esse modelo, estes fatores tornam os mecanismos de autorregulação ineficazes o que leva o indivíduo a não resistir aos desejos e cometer as agressões sexuais. Tais atitudes e crenças presentes na vida do indivíduo funcionam como distorções cognitivas, levando o indivíduo a interpretar as situações de relação sexual com crianças de maneira satisfatória (Burgess, Commons, Safarik, Looper & Ross, 2007).

Como terceiro fator da pré-condição, estão inibidores externos. Conforme Finkelhor (1984), os obstáculos externos inibem a oportunidade para que ocorra um comportamento sexual abusivo, podendo citar: contexto social das crianças, a ausência de suporte social, a falta de supervisão parental, a ausência da figura maternal, as crenças partilhadas pelos diferentes elementos da família sobre a sexualidade e a discriminação (Burgess, Commons, Safarik, Looper & Ross, 2007).

A última e quarta pré-condição considera que este tipo de autor de agressão sexual utilizam diferentes tipos de estratégias para diminuir a resistência das crianças, oferecendo bombons, brincadeiras, brinquedos juntamente com os estímulos sexuais, ou em último caso, chegando a fazer uso de ameaças.

Portanto, esse modelo desenvolvido por Finkelhor (1984) demonstra a noção de que os autores de agressão sexual de crianças fazem parte de um grupo de indivíduos heterogêneo, que cometem atos abusivos por diferentes motivos. Esse foi o primeiro

modelo compreensivo, elaborado especificamente sobre os autores de agressão sexual de crianças. Contudo esse modelo é um limitado à medida que centra a explicação das agressões sexuais em motivações e diferentes necessidades psicológicas e que se traduzem em diferentes padrões de agressão sexual.

2.2 Modelo de Abel, Becker e Cunningham-Rathner

Um dos primeiros modelos teóricos que surgiu na literatura é o proposto por Abel, Becker e Cunningham-Rathner em 1970. Este modelo, baseado na teoria da aprendizagem social postula que o desenvolvimento normal dos meninos, permite que aprendam a inibir a excitação sexual inapropriada, tendo em consideração os estímulos socialmente desadequados. Mas alguns indivíduos mantêm fantasias sobre situações e estímulos considerados pela sociedade como inadequados. Assim, por qualquer motivo, alguns indivíduos falham nessa tarefa de aprendizagem da inibição da excitação e desenvolvem comportamentos desadaptados, promovendo crenças incomuns, comportamentos e pensamentos sexuais disfuncional, que o irão acompanhar até a adultez, caso não sejam punidos por outras pessoas, as quais sejam significativas para eles. Estes autores referem que, no final da adolescência, os jovens tornam-se cientes das preferências sexuais e que estas são incomuns às normas sociais vigentes. Para lidar com este fato, desenvolvem crenças próprias, que os autores denominaram de distorções cognitivas (Abel, Becker e Cunningham-Rathner, 1984).

Estas distorções cognitivas são externamente reforçadas por meio da masturbação. Os autores definem as distorções cognitivas como processos internos, que podem ser desde justificações, percepções e julgamentos utilizados como racionalização do comportamento de agressão sexual com a finalidade de proteger a autoimagem que o indivíduo detém. Os autores que propuseram este modelo veem as distorções cognitivas como facilitadoras dos comportamentos agressivos ou como mantenedor do referido comportamento, sendo que à medida que o tempo transcorre, as distorções cognitivas tornam-se mais enraizadas no indivíduo.

Desde 1970 que os tratamentos dos autores de agressão sexual enfatizam a ideia de que as distorções de informação facilitam o comportamento agressivo, principalmente depois de Abel, Becker e Cunningham-Rathner (1984), terem publicado as suas ideias e opiniões

sobre a importância das distorções cognitivas no comportamento deste tipo de agressores, uma vez que as crenças desadaptativas e os pensamentos distorcidos são relevantes na facilitação e justificação das agressões sexuais. Este modelo teve grande relevância, pois despertou o interesse dos investigadores da área pela temática das distorções cognitivas. Além disso, estes autores elaboraram um questionário para medir as distorções cognitivas nos autores de agressão sexual, especificamente nos abusadores sexuais. No entanto, não clarificaram quais os mecanismos que estão envolvidos no desenvolvimento das distorções cognitivas e não explicam com detalhe como é que todo este processo ocorre. O questionário por eles desenvolvido foi utilizado em múltiplas investigações e também na promoção de investigações para posterior intervenção na área das distorções cognitivas (Abel, Becker e Cunningham-Rathner, 1984).

2.3 Modelo de Marshall e Barbaree

Outro modelo explicativo sobre os autores de agressão sexual é o elaborado por de Marshall e Barbaree aproximadamente na década de 80 (Marshall & Hambley, 1996). Trata-se de um modelo multifatorial sobre as agressões sexuais, que tenta explicar o desenvolvimento e manutenção do comportamento sexual violento, defendendo a existência de uma habilidade crítica desenvolvida por volta da adolescência, relacionada à discriminação dos impulsos agressivos sexuais e atuando na capacidade do indivíduo de controlar os comportamentos agressivos. Este modelo faz referência ainda à importância da vinculação, pois uma vinculação insegura pode originar baixa autoestima, déficits na estratégia de *Coping* e dificuldades nas competências de relacionamento interpessoal. Estes fatores associados às alterações que ocorrem na adolescência aumentam a probabilidade de nesta etapa do desenvolvimento ocorrer um comportamento sexual agressivo. Este modelo defende também que os aspectos desenvolvimentais são críticos e que podem conduzir a vulnerabilidade do indivíduo, levando-o ao comportamento sexual agressivo.

Marshall e Hambley (1996) defendem que a vulnerabilidade do indivíduo no acometimento das agressões sexuais varia conforme a resiliência do indivíduo. Este termo é definido por esses autores como o fato de os indivíduos terem presentes determinadas características, habilidades, capacidades, atitudes, preferências, valores e crenças que

possibilitam que o indivíduo resista aos impulsos de cometer um comportamento sexual agressivo.

O modelo salienta ainda que a violação e o abuso sexual de crianças são fruto da interação de múltiplos fatores que convergem no lugar e no tempo e que culminam no comportamento agressivo. Os principais fatores enfatizados são os processos biológicos, as habilidades desenvolvimentais (fracasso de inibição), as questões culturais, vulnerabilidade psicológica (distorções cognitivas), as atitudes sobre a sexualidade (pornografia), as questões de gênero (contexto) como explicaram Marshall, Hudson, Jones, e Fernandez (1995).

No aspecto biológico sinalizam que há semelhança entre os mediadores neuronais e os hormônios responsáveis pelo comportamento sexual agressivo. Por outro lado, há também a inespecificidade do impulso sexual inato, podendo estes dois aspectos estarem interligados. Assim, atendendo o fator biológico, os autores evidenciam a importância da necessidade da pessoa de aprender a inibir tais tendências agressivas e ajustar as suas necessidades sexuais às normas da sociedade, sendo capaz ainda de selecionar condutas sexuais e parceiros adequados.

Nos casos em que o indivíduo não consegue separar a agressividade da sexualidade, pode ocorrer o comportamento sexual agressivo.

O outro fator é o fracasso da inibição que pode estar relacionada com as agressões sexuais. Diversos fatores foram identificados nos autores de agressão sexual e que estão relacionados a uma aprendizagem inadequada das agressões sexuais, como exemplo pode-se citar os indivíduos de terem se desenvolvido em modelos educativos parentais pobres e fracos, sujeitos a uma disciplina severa e inconsistente, com agressão e uso de álcool por parte dos pais, ou ainda terem sofrido abuso físico e psicológico na infância (Marshall W. L., Hudson, S. M., Jones, R. & Fernandez, Y. M. (1995).

Tais aspectos podem provocar déficits nas competências sociais, o que pode ser um fator crítico explicativo da incapacidade do indivíduo em estabelecer relacionamentos adequados. De acordo com este modelo, a possibilidade de um indivíduo cometer uma agressão sexual depende da sua vulnerabilidade e das características pessoais.

A vulnerabilidade interage com os fatores situacionais, potencializando um possível comportamento agressivo. Ressalta-se que, quanto mais o indivíduo está vulnerável, menos intenso o estímulo estressor (motivação) precisa ocorrer para que cometa a agressão sexual.

As atitudes socioculturais são outros fatores que explicam como num determinado tipo de cultura se identifica mais comportamentos de agressão sexual do que noutras. Estes autores defendem que são as próprias sociedades (contexto) que podem ser facilitadoras da violência e das atitudes negativas dos indivíduos, originando altas taxas de agressão sexual.

A manutenção do comportamento agressivo é feita por reforço positivo e negativo, levando o indivíduo desenvolve racionalizações do seu comportamento agressivo, legitimando e mantendo tal agressão. Estas formas de racionalização (cognições) são caracterizadas como distorções cognitivas. Todos os seres humanos têm diferentes formas de construir a realidade, mas o que se verifica nos autores de agressão sexual é que eles desenvolvem crenças e distorções cognitivas que vão inibir os controles internos das condutas de agressão sexual, permitindo racionalizar a agressão sexual, facilitando a ocorrência desse comportamento em situações futuras.

A pornografia é outro aspecto referido pelos autores como sendo um fator que desinibe os indivíduos, originando comportamentos de agressão sexual. O que se verifica é que alguns autores de agressão sexual utilizam material pornográfico quando cometem crimes, sendo também verdade que o material pornográfico, por si só, funciona como estímulo sexual, facilitando e reforçando, simultaneamente, a conduta sexual desviante.

As circunstâncias precipitantes também são referenciadas como um fator que influencia os comportamentos de agressão sexual. Um exemplo disso é a intoxicação etílica do agressor, quando o indivíduo está sob o efeito de substâncias, levando a minimização do controle das competências adequadas, originando o fracasso em controlar o comportamento de inibição da agressão sexual.

Por último, o aspecto relacionado à situação, é outro fator essencial para explicar o comportamento de agressão sexual. O fato da vítima se encontrar disponível pode tornar

mais fácil a ocorrência do crime. De maneira geral, para Marshall W. L., Hudson, S. M., Jones, R. & Fernandez, Y. M. (1995) os indivíduos que passam por fases desenvolvimentais de forma mais conturbada, não adquirem as competências e capacidades para lidar de forma adequada com as situações de vida com que se deparam, e, mais especificamente, têm dificuldades em lidar com a sexualidade. As emoções negativas causadas pela rejeição são muitas vezes superadas através de fantasias sexuais desadequadas. Estas fantasias desadaptativas podem envolver conteúdos sexuais de sadismo ou agressividade, fazendo com que os jovens recorram a este tipo de fantasias e à masturbação para se sentirem melhor ou expressar a sua raiva e desilusão.

Outro aspecto enfatizado na teoria é a noção de que os indivíduos frequentemente satisfazem as suas necessidades psicológicas por meio do comportamento sexual. A atividade sexual atua, para estes indivíduos, como forma de demonstração de poder, de aliviar a tensão e de consolidar a noção de masculinidade. Por outro lado, se estes jovens se sentem inadequados, estão mais vulneráveis a perceber a realidade que os rodeia como confirmação das suas crenças sobre o poder e superioridade do gênero masculino. Neste sentido, a pornografia é exemplo de um fator que é aceitável em termos culturais, mas que promove crenças desadequadas sobre o papel do gênero. De fato, o papel da sociedade é referido como um importante fator no comportamento agressivo, pois na sociedade estão presentes padrões elevados de violência interpessoal e padrões culturais que enfatizam o papel dominante do homem e descredibiliza as vítimas de crimes sexuais (Marshall e Hambley, 1996).

Este modelo possibilita a integração de diversos fatores, enfatizando a importância dos aspectos desenvolvimentais na formação da vulnerabilidade destes indivíduos que cometeram comportamentos sexuais desviantes. A forma como se relaciona ocorre muito precocemente, ainda na infância, quando os desenvolvimentos de competências de relacionamento interpessoal começam a se consolidar, influenciando os relacionamentos na fase adulta. Aspectos como a negligência ou episódios de abuso sexual são referidos como fatores que influenciarão no desenvolvimento originando vinculações inseguras e outros déficits nos relacionamentos interpessoais. A experiência desenvolvimental malsucedida (inadequada), associada a outros déficits de competências pessoais, como

baixa autoestima e dependência (ausência de autonomia), estão associados ao desenvolvimento de comportamentos sexuais agressivos.

2.4 Modelo de Hall e Hirschman (Modelo Quadripartite)

Hall e Hirschman (1991) quiseram unificar as teorias existentes sobre os autores de agressão sexual e desenvolveram um modelo intitulado de Modelo Quadripartite o qual foi incluído a heterogeneidade dos autores de agressão sexual de crianças. Os quatro fatores abordados neste modelo são: a ativação fisiológica sexual inapropriada; as distorções cognitivas que servem de justificção para a agressão sexual; o descontrole afetivo; e os problemas de personalidade. Estes fatores são considerados por este modelo como precursores da motivação para agressão sexual, aumentando assim a probabilidade de ocorrência de comportamentos sexuais agressivos. Tais fatores podem agir de maneira independente ou estarem interligados. Os autores formularam uma tipologia dos autores de agressão sexual conforme o fator mais preponderante no indivíduo (Hall & Hirschman, 1991). Assim, o modelo Quadripartite integra várias ideias de diferentes modelos teóricos, tentando unificar a forma de compreender o comportamento dos autores de agressão sexual e delineando formas de intervenção.

Como primeiro fator este modelo enfatiza a ideia que as intervenções terapêuticas devem ser efetuadas com a finalidade de reduzir a excitação sexual, o impulso fisiológico, que pode resultar no comportamento sexual. O comportamento sexual pode tornar-se inadequado, se for expresso de forma inadequada, pois a excitação pode originar comportamentos sexuais apropriados e também inapropriados. No entanto, a excitação sexual por si só não é suficiente para produzir a agressão sexual, em certos casos, depende também da avaliação cognitiva do indivíduo, do descontrole afetivo e das características de personalidade. Este subtipo de indivíduos é caracterizado, por Hall e Hirschman (1991) como possuindo fortes preferências sexuais por crianças e longa história de agressão sexual.

Como segundo fator, encontram-se as distorções cognitivas, defendendo a ideia de que são estas que permitem ao autor de agressão sexual ser agressivos, independentemente do meio e das contingências ambientais. Estes indivíduos podem perceber as sanções do comportamento agressivo, mas também podem ignorar e acautelar-se em relação a elas.

Para o modelo são as distorções cognitivas que explicam o início e a manutenção do comportamento sexual. Segundo estes autores, os agressores sexuais veem as crianças como competentes do ponto de vista sexual para tomar decisões sobre quando e com quem querem ter relações sexuais, o que serve de justificação ao comportamento agressivo.

Hall e Hirschman (1991) encontraram nas suas investigações que as crianças são provocadoras e sedutoras do ponto de vista sexual do autor de agressão sexual, recebendo benefícios psicológicos positivos dos seus relacionamentos sexuais com adultos. De acordo com eles, os autores de agressão sexual são caracterizados como indivíduos que planejam os seus comportamentos agressivos, havendo pouco recurso à impulsividade nesses casos. Além disso, possuem capacidades de autorregulação adequada do seu comportamento, mas fazem uma interpretação equivocada dos comportamentos das crianças. Estes indivíduos são referidos como cometendo mais o crime de incesto do que os agressores não incestuosos nos quais está privilegiada a excitação fisiológica sexual.

O terceiro fator é o descontrole afetivo. Este aspecto caracteriza-se pela incapacidade de detectar, controlar e gerir os estados emocionais, como exemplo, a ansiedade e a depressão, o que aumenta a probabilidade de comportamentos sexuais abusivos. Os estados emocionais negativos podem interferir no mecanismo de controle e inibição dos comportamentos sexuais agressivos. Indivíduos cujo comportamento sexual agressivo é caracterizado pelo descontrole afetivo são normalmente pessoas que agredem conforme as oportunidades aparecem. Este tipo de agressor, cujo principal fator presente é o descontrole afetivo, pauta as suas ofensas por comportamentos não planejados e impulsivos, fazendo uso ou não da violência sexual (Hall, 1990).

O quarto fator do modelo quadripartite está relacionado aos problemas de personalidade. Estes são referidos como traços de personalidade que surgem devido a experiências adversas durante o desenvolvimento do indivíduo, tais como episódios de abuso físico, sexual, negligência ou o divórcio dos pais. Estes aspectos fazem com que o indivíduo desenvolva atitudes antissociais e competências de relacionamento interpessoal desadequadas. Este último tipo de autor de agressão sexual, segundo os autores, é portador de déficits nas competências pessoais e de relacionamento interpessoal.

A decisão de responder a uma situação de agressão sexual pode levar à apreciação cognitiva ou a justificações baseadas no comportamento da vítima que, por sua vez, podem ser condicionadas pela cultura e sociedade onde o indivíduo se encontra inserido. O que se verifica muitas vezes é que estes autores de agressão tendem a ver as relações com as mulheres como hostis e utilizam fatores externos, por exemplo, o abuso de álcool como justificação para o comportamento violento.

Nestas circunstâncias, se o comportamento violento for entendido como aceito pela sociedade, não existe então razão, moral ou ética, para controlar esse comportamento. Caso o autor de agressão entenda que o ato praticado tem um baixo nível de ameaça social, a probabilidade de o comportamento ocorrer é mais elevada.

A agressão sexual é facilitada pela interligação da excitação fisiológica sexual com a percepção distorcida. Existem assim variáveis que interagem neste processo e facilitam o comportamento sexual violento tais como: experiências negativas precoces, divórcio, história familiar de delinquência, negligência familiar, abuso físico ou sexual que podem originar problemas de personalidade, e conseqüentemente aumentar a probabilidade de na fase adulta adotarem comportamentos sexuais abusivos. Aliados a estes aspectos estão outros fatores, como baixo nível de escolaridade, déficits nas competências sociais e baixas atividades profissionais, podendo aumentar a probabilidade de ter comportamentos sexuais violentos. Um dado que tem aparecido em diferentes estudos é que, os autores de agressão sexual têm menores competências sociais do que os não agressores, especificamente agressores sexuais de mulheres, que normalmente já tiveram comportamentos antissociais no passado, ou seja, história de comportamento criminal não sexual (Hall, 1990).

Os fatores de risco podem não originar comportamentos sexuais violentos numa pessoa que não tenha perturbações de personalidade, mas em indivíduos com esses traços sexual, que resultam em características como egoísmo, falta de remorsos, manipulação das pessoas, estilo de vida antissocial e comportamento instável.

A interação entre os aspectos da personalidade, os fisiológicos, os cognitivos e os afetivos, podem originar a agressão sexual, por influência das contingências ambientais que são

igualmente um fator relevante. No entanto, o meio influencia com menor grau todo este processo que dá origem ao comportamento sexual inadequado.

Os autores Hall e Hirschman (1991) enfatizam ainda o fato de que os autores de agressão sexual podem cometer os atos sexuais devido a diferentes razões, e que cada um desses comportamentos pode ser predominante sobre os demais fatores já referidos. Assim, o fator principal do comportamento agressivo é denominado como precursor motivacional primário, cuja ativação irá ter impacto nos demais fatores que estão na origem dos comportamentos sexuais agressivos. Segundo este modelo, cada subtipo de autor de agressão sexual tem as características do fator predominante e que em função deste aspecto são indivíduos heterogêneos. Os fatores culturais e contextuais são entendidos por estes autores como elementos secundários e facilitadores das agressões sexuais.

2.5 Modelo de Malamuth

A origem deste modelo inicia com o trabalho publicado de Malamuth, Feshbach, Jaffe (1977) com o título “*Sexual Arousal and Aggression: Recent Experiments and Theoretical Issues*”. No entanto em 1986, Malamuth, Check e Briere propuseram um modelo interativo, composto por quatro elementos principais para explicar a agressão sexual. Malamuth, Check e Briere (1986) desenvolveram várias investigações sobre os comportamentos sexuais agressivos, o que permitiu elaborar este modelo sobre os diferentes fatores associados às agressões sexuais. Na fase inicial da elaboração deste modelo, os autores basearam-se na abordagem da teoria da aprendizagem social e nas perspectivas feministas, porém, posteriormente desenvolveram interesse pela abordagem evolucionista da violação, pois reconheciam que esta última abordagem conseguiria explicar melhor a prevalência e dominância patriarcal e a existência, amplamente difundida, da dominância do homem.

Em seus estudos Malamuth, Check e Briere (1986) adotaram dois conceitos importantes da teoria evolucionista, as causas últimas e as causas próximas. De maneira geral, a causa última refere-se a características humanas que surgiram através da seleção natural. E as causas próximas são as que estão diretamente ligadas às causas ambientais mais em termos ontogenéticos e externos. Assim, as causas últimas podem explicar porque as pessoas desenvolveram determinado tipo de comportamento, enquanto que as causas

próximas explicam como é que os indivíduos efetuaram o comportamento sexual agressivo.

Estes autores defendem ainda dois conceitos específicos que podem convergir para o comportamento sexual agressivo: a promiscuidade sexual e a hostilidade masculina. Segundo a teoria evolucionista, a seleção natural originou diferenças significativas nos mecanismos psicológicos, ao nível do cérebro dos homens e das mulheres. Por exemplo, a capacidade dos homens em manter atividade sexual em contextos impessoais, mesmo que não haja envolvimento emocional pelo parceiro, este aspecto não o irá impedir de manter relação sexual. Ao contrário, as mulheres preferem ter atos sexuais com homens que invistam na relação. Outro aspecto é que para os homens a probabilidade de se envolverem em relações sexuais impessoais varia, sendo que para uns é mais provável do que para outros, mas estas preferências são influenciadas pelo desenvolvimento do indivíduo advindo das questões ambientais e das experiências de vida. Malamuth, Check e Briere (1986) referem que a hostilidade masculina pode fazer com que os homens se tornem facilmente zangados e usem coerção e força para dominarem as mulheres quando percebiam que estava sendo ameaçado a sua reprodução com sucesso. Por outro lado, defende que mesmo os homens tentando garantir a reprodução, estes não podem estar seguros sobre a paternidade. Desta forma, a seleção natural, promoveu o desenvolvimento de certas características na mente do homem (dimorfismo sexual), que lhe permitem lidar com o desejo de dominar e controlar a mulher. Esta necessidade de domínio da mulher pode ser verificada nas diversas áreas do seu funcionamento.

Assim, surge a raiva quando o indivíduo vê negada a capacidade de manter relação sexual com determinada mulher e a ansiedade sobre a paternidade e sobre os possíveis rivais, o que faz com que o homem se torne hostil e procure controlar o comportamento desta. Haveria assim um mecanismo mental reprodutivo como fator determinante na violação, sendo que este mecanismo origina a motivação de controle e dominação da mulher.

Considerando-se os pressupostos defendidos por Malamuth, Check e Briere (1986) propuseram um modelo interativo composto por quatro elementos principais para explicar a agressão sexual: os fatores de risco (imediatos), o dimorfismo sexual, os fatores ambientais e as experiências desenvolvimentais. A violência sexual ocorre devido à

convergência de três tipos de fatores de risco: a motivação, a desinibição e a oportunidade que, em conjunto, de forma sinérgica, elevam o risco de violência sexual; o dimorfismo sexual está relacionado às causas do comportamento violento contra as mulheres que são específicas, em consequência do dimorfismo sexual, já abordado anteriormente podem prever outros comportamentos de domínio e controle do comportamento da mulher, uma vez que estas formas de dominação têm como motivo aumentar a confiança na paternidade e expressar a insatisfação pelo conflito; já os fatores ambientais (uso de álcool e outras drogas) interferem no comportamento do indivíduo e por último as experiências desenvolvimentais, a influência dos pares e o contexto cultural, contribuindo ou não para a ativação dos mecanismos de disposição de coerção contra as mulheres.

2.6 Modelo de Ward e Hudson (Pathway Theory).

O modelo formulado por Ward e Hudson (1998a) denominado de *Pathway Theory* explica os aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais dos autores de agressão sexual como a autor regulação do organismo. Este modelo apoia-se na proposição de que o indivíduo realiza um percurso para conseguir concretizar a agressão sexual, ou seja, direcionando o comportamento agressivo para alcançar objetivos e avaliando as competências para atingir tais objetivos.

Os percursos baseiam-se, por sua vez, nos problemas do estilo da autor regulação que são influenciados pelos estados de emoções negativas ou pelos objetivos não aceitos socialmente ou ainda pela autor regulação associada com estados emocionais positivos. Este modelo analisa as diferenças associadas aos aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais e, como estes podem ser determinados pelas diferenças dos conteúdos das distorções cognitivas que estão integradas com as crenças do indivíduo. Este construto é importante para atuar na intervenção, pois as atividades cognitivas, as crenças desadaptativas e o pensamento distorcido são fatores que interferem no comportamento sexual agressivo.

A finalidade deste modelo era reunir os principais elementos encontrados nas diferentes teorias condensando-os em um único modelo. A primeira noção teórica deste modelo é que o estresse está associado à agressão sexual, uma vez que autor de agressão sexual apresenta déficits nas competências para lidar com o estresse interpessoal de forma

adequada. Ward e Hudson (1998a) enfatiza que quanto menos competências sociais possuir maior probabilidade de se comportar de forma sexualmente abusiva. Ward e Hudson (1998a) acreditam que a forma como as pessoas se comportam é o resultado da situação em particular, das ferramentas cognitivas e dos comportamentos disponíveis no indivíduo e se estes têm déficits serão evidenciados nos comportamentos desadaptados, o que distinguirá os tipos de autores de agressão sexual.

A segunda proposição do modelo *Pathway Theory* é que as distorções cognitivas dos autores de agressão sexual com desordem da personalidade são diferentes, em função da percepção de si próprio e da visão de mundo, do afeto dominante e dos motivos internos que podem induzir a agressão. Os autores de agressão sexual não percebem que as suas crenças e explicações da realidade são distorções da forma rígida que veem o mundo e a eles próprios Ward e Hudson, (1998b). Estes esquemas mentais (scripts) produzem formas gerais desadaptadas, resultando em distorções e crenças baseadas nas dificuldades da vida.

Para estes autores, os abusadores sexuais desenvolvem os seus esquemas (scripts) ou teorias implícitas sobre o mundo que os rodeia com conteúdos antissociais que advém de uma infância adversa (e.g., vítima de abuso físico). Tais crianças quando se tornam adultos mantêm essas crenças que podem originar má adaptação ao contexto social onde estão inseridos e a ideia de que são capazes de estabelecer relacionamentos íntimos com crianças.

Ward e Hudson, (1998b) referem à presença de cinco esquemas (scripts) implícitos que aparecem associados às cognições dos abusadores sexuais: crianças vistas como seres sexualizados; natureza da ofensa; mundo perigoso; sentir-se no direito de praticar o ato; e falta de controle. A imagem das crianças vistas como seres sexualizados aponta para a teoria implícita que postula que as crianças gostam de manter relações sexuais. Indivíduos portadores destes scripts veem as crianças de forma sexualizada e os seus comportamentos ditos inocentes são interpretados como sexualizados, em que as relações sexuais não são percebidas como nefastas. Outra teoria implícita (scripts) é da natureza da ofensa, que pode ser subdividida em duas versões: de um lado a ofensa causada faz parte de um contínuo em que só a agressão física é vista como danosa para a criança e o

sexo com ela é um ato inofensivo, mesmo quando envolve aquela que se encontram nas tenras idades. Por outro lado, a ofensa remete ao fato de que há indivíduos que pautam o seu comportamento pela consideração de que o mundo é perigoso, muito hostil, pois as pessoas exploram os outros e os rejeitam quando surge uma oportunidade. Neste ponto de vista, como fazem parte deste mundo, as crianças são também hostis e igualmente seres que rejeitam os outros, sendo a única forma de colocá-las no seu devido lugar e controlar através do comportamento sexual agressivo. Mas também consideram que elas são os únicos seres humanos capazes de promover um espaço seguro, num mundo repleto de adultos que os rejeitam e com quem podem manter relações sexuais. O autor de agressão pode se ver com o direito de praticar o ato sexual com crianças, dando prioridade aos seus desejos e às suas necessidades, mesmo que estes se sobreponham as vontades das crianças. Por último refere-se aos indivíduos que acreditam que os seres humanos estão fora de controle, que não são capazes de regular as suas emoções. Neste caso, a agressão sexual surge porque existiu um fator que não pode ser controlado pelo autor de agressão, por exemplo, a excitação sexual, o uso de álcool e o estresse, entre outros (Ward e Hudson, 1998b).

Em síntese, os aspectos defendidos neste modelo são: o foco deve estar nos déficits de competências sociais, na forma como o autor de agressão sexual se percebe e vê o mundo, na construção da sua autoimagem e a crescente rigidez das crenças que este exhibe.

Assim, a combinação dos aspectos psicológicos, biológicos, culturais e situacionais, tanto proximais como distais, criam uma estrutura útil para explicar o comportamento sexual violento e serve de base para um programa de tratamento detalhado para os diferentes tipos de agressores sexuais conforme Ward e Hudson (1998).

Um aspecto crucial deste modelo teórico é que todos os seres humanos se desenvolvem a partir da interação entre a psicológica e a fisiológica, podendo existir, portanto, disfunção em quaisquer umas das subestruturas e/ou no processo em geral. Daí que estes autores defendem que a explicação sobre os comportamentos dos autores de agressão sexual de crianças deva incluir múltiplos níveis de análise como: os aspectos biológicos, sociais, culturais, emocionais, cognitivos, fisiológicos e interpessoais. Cada um destes mecanismos pode originar problemas específicos nos autores de agressão sexual.

O modelo de *Pathway Theory* aponta para quatro aspectos psicológicos que podem interagir entre si: descontrole emocional, déficits de competências sociais e de relacionamentos íntimos, distorções cognitivas e/ou distorções sexuais. Estes mecanismos psicológicos funcionam como fatores de vulnerabilidade para o cometimento das agressões sexuais. Assim, os déficits de competências sociais e de relacionamento íntimo são características muitas vezes encontradas no autor de agressão sexual pelos técnicos que trabalham com eles. Muitas destas dificuldades advêm do fato de se ter desenvolvido um estilo de vinculação inseguro. Este aspecto é referido por diversos autores que postulam a associação deste tipo de déficits e os episódios de experiências abusivas, que podem dar origem a distorções e nos déficits de relacionamentos e competências sociais. Estas dificuldades inerentes ao tipo de vinculação estabelecida podem originar do controle dos estados de humor, autocrítica negativa, baixa autoestima, dificuldades na resolução de problemas, impulsividade, baixa auto eficácia, dependência interpessoal, entre outros.

Outro aspecto apontado é o desvio sexual. Os autores referem que as representações cognitivas que o indivíduo adquiriu ao longo da sua vida, vão influenciar a forma de comportar-se em situações de contatos íntimos, que por sua vez, terão efeitos também na interpretação.

O descontrole emocional é outro elemento referido neste modelo. Segundo Ward e Hudson (1998b) está associado à regulação dos indivíduos, que depende de processos internos e externos que permitem a ele atingir os objetivos pretendidos. Assim, estão presentes aspectos como monitorização, avaliação, seleção e modificação do comportamento com a finalidade a atingir o objetivo estabelecido. Para a regulação emocional estes aspectos também têm que estar presentes, e para tal são necessárias competências adequadas para lidar com as situações, como os relacionamentos interpessoais.

As distorções cognitivas referem-se a crenças e atitudes desadequadas e problemas ao nível do estilo de pensamento. Os agressores sexuais desenvolvem teorias implícitas sobre as vítimas e sobre o seu estado mental interpretando o seu comportamento e fazendo predições sobre o comportamento e o estado emocional.

De forma resumida, de acordo com o modelo teórico dos percursos, as ofensas sexuais estão associadas a aspectos psicológicos e comportamentais distintos que refletem os aspectos etiológicos. Cada caminho permite estabelecer qual a causa primária inerente ao comportamento agressivo. Assim, nos múltiplos mecanismos disfuncionais, surgem os indivíduos com múltiplos déficits, nos quais se sobressai o comportamento sexual desviante, que pode refletir a história de abuso sexual no passado ou exposição a situação ou atividades sexuais em idade muito precoce.

Todas essas teorias e modelos apresentadas, de uma forma ou de outra, tentaram explicar as motivações da agressão, ora discutindo as características dos agressores, ora as motivações intrínsecas e extrínsecas para o acometimento do ato sexual. De maneira geral e de forma integrativa, o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano possibilita olhar para o autor de agressão sexual de maneira sistêmica e ecológica, unificando os diversos conhecimentos das teorias e modelos, uma vez que ele propõe estudar as características pessoais, contextuais e os aspectos processuais de maneira temporal. Sendo assim, o modelo da bioecológico do desenvolvimento humano é capaz de embasar todos os pressupostos de um modelo integrativo.

CAPÍTULO III

Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano e a Agressão Sexual de Crianças e adolescentes.

Neste estudo foi tomado como referência o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, nesse modelo o desenvolvimento é considerado como “o fenômeno de continuidade e de mudança nas características dos seres humanos como indivíduos e como grupos. Esse processo se estende ao longo do ciclo de vida, mediado pelas sucessivas gerações e pelo tempo histórico, tanto passado quanto futuro” (Bronfenbrenner, 2011, p. 38.)

3.1 O adolescente Ofensor Sexual e o encontro e desencontro com a própria sexualidade.

É necessário situar a opção pelo termo ofensor sexual, utilizado nesse estudo. O termo “ofensivo sexual” não é uma descrição psiquiátrica ou psicológica ou diagnóstica, mas faz parte de um termo sócio legal. Ne todas as ofensas sexuais estão associadas à transtornos psiquiátricos, portanto o termo pretende abranger uma gama maior de possibilidades de explicação da conduta desviante. Por outro lado, a ofensa sexual não é diferente de outras condutas ofensivas.

Diante de escassos estudos que se apresentam sobre o adolescente ofensor sexual, há também grande argumentação de que adolescentes que praticam ofensas sexuais, o fazem principalmente por causa da necessidade de experimentação ou da imaturidade. É importante se refletir sobre o processo peculiar de desenvolvimento sexual, para que dentro desse período de vida, se observe diferentes fases e formas de vivência da sexualidade.

Estimativas internacionais indicam que em torno de 30% dos casos de abuso sexual são praticados por menores de 18 anos (Oliver, 2007; Sanderson, 2005). A ofensa sexual perpetrada por adolescentes em geral é cometida por irmãos, meio irmãos e primos, bem como por adolescentes do sexo feminino, atuando como babás, motivadas por curiosidade sexual e oportunidades de experimentação (Sanderson,2005).

No entanto, as características da adolescência exigem ponderação para avaliar uma situação como sendo de ofensa sexual. Como a entrada na puberdade gera aumento de fantasias sexuais, é importante distinguir o abuso sexual das atividades sexuais exploratórias e consensuais, comuns nessa fase. Quanto maior a diferença de idade entre a criança e o adolescente, maior a probabilidade de ser uma situação de ofensa sexual (Itzin, 2002). É considerável uma diferença etária de, pelo menos, cinco anos (quando as vítimas são menores de 12 anos) e dez anos (quando as vítimas têm entre 13 e 16 anos; Finkelhor & Hotaling, 1984). Além da idade, é importante considerar outros fatores, como a presença de violência física, ameaças. Para garantir o sigilo e sentimento de culpa e constrangimento da criança com relação à atividade (Itzin, 2002). Isso deve ser observado no caso de situações que envolvem crianças/adolescentes que ocupem posição de liderança no grupo e tenham reputação que amedronte as mais novas, ou ainda irmãos mais velhos com autoridade ou com a tarefa de tomar conta dos mais novos.

Ao discutir a ofensa sexual cometidos por adolescentes, Print e Morrison (2002) indicam fatores de risco, como problemas de socialização, poucas amizades íntimas, baixa habilidade social e relacional, dificuldades escolares, distúrbios de conduta, baixa autoestima e distúrbios afetivos, de modo que a atividade sexual pode ser usada como compensação para problemas emocionais e relacionais. Experiências de violência doméstica, abuso físico, emocional, e mesmo AS também são predisponentes (Print & Morrison, 2002). O estudo recente de (Costa, Junqueira, Ribeiro, & Meneses, 2011) com sete adolescentes abusadores sexuais que cometeram abuso sexual contra crianças (irmãos, primos) que estavam sob seus cuidados descreveu uma dinâmica familiar que foi, em certa medida, promotora do cenário que favoreceu o ato infracional. Os adolescentes eram responsáveis pela alimentação, banho e por acompanhar as crianças menores à escola. Essa posição de responsabilidade e cuidado em relação às outras crianças da casa mudava à noite, com a chegada dos pais, quando todos ficavam no mesmo nível hierárquico, sujeitos à obediência e aos mesmos castigos e repreensões. Outro aspecto identificado nesse estudo foi a autopercepção dos adolescentes abusadores como “trabalhadores domésticos”, de modo que o papel deles na família alternava a posição de dominante (em que se utilizavam das crianças menores como objetos de satisfação e experimentação sexual) e dominados (convertidos em “criados” dos pais e sem terem atendidas suas necessidades de apoio e proteção). Aspectos como este tornam

difusos os limites entre vítimas e abusadores (Sanderson, 2005) e reforçam a necessidade de que adolescentes que cometeram ofensa sexual sejam vistos para além da criminalização, como vítimas de uma infância sem proteção.

Em relação à responsabilização de adolescentes, no Brasil, são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). No entanto, inimputabilidade penal não significa a irresponsabilidade pessoal ou social. Embora predomine no senso comum certa confusão entre inimputabilidade e impunidade, a sensação de que “nada acontece” aos adolescentes é equivocada e motivada pelo desconhecimento, já que a legislação prevê alternativas de responsabilização, reguladas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE; Lei Federal 12.594, 2012). De acordo com o Artigo 103 do ECA (1990), qualquer conduta descrita como crime pelo Código Penal (CP, 1940), quando praticada por menores de 18 anos, não é chamada “crime”, e sim “Ato Infracional” (AI). A responsabilização dos adolescentes difere daquela aplicada aos adultos, pois contempla a condição de pessoa em desenvolvimento, de modo que não estão previstas penas, e sim Medidas Socioeducativas (MSE), tais como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA), semiliberdade e internação (privação de liberdade) em estabelecimento socioeducativo (Artigo 112 do ECA, 1990). A Prestação de Serviço à comunidade (Artigo 117 do ECA, 1990) consiste em realizar tarefas gratuitas, de interesse da comunidade, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, entre outros. No caso da Liberdade Assistida (Artigo 118 do ECA, 1990), os adolescentes são acompanhados por um orientador. A equipe do programa de LA deve ser composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, garantindo atendimento psicossocial com o fim de promover socialmente o adolescente e sua família (Lei Federal 12.594, 2012), auxiliar na ressignificação do Ato infracional, promover um espaço de escuta e reflexão e apresentar relatórios à autoridade judiciária (ECA, 1990). O ECA (1990) também prevê medidas de proteção (tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico), que podem ser determinadas pelo juiz simultaneamente às Medidas sócio educativas (Artigo 101, inciso V do ECA, 1990). A aplicação de MSE privativas de liberdade somente deve ocorrer em último caso, quando comprovadamente não for cabível outra solução (Lei Federal 12.594, 2012).

3.2 Adolescência, Ato Infracional e Condição Peculiar de Desenvolvimento.

A partir da adoção da Doutrina da Proteção Integral, no Brasil em 1988 com a Constituição da República, é reconhecida às crianças e aos adolescentes a condição de sujeitos de direitos e deveres.

Direitos tais que devem ser respeitados e garantidos de forma prioritária e absoluta, considerando-se sempre a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Condição que demanda um tratamento diferenciado por toda a sociedade e Estado, e, que constitui não só critério de interpretação e aplicação de toda a sistemática normativa atinente às crianças e adolescentes como também se constitui fundamento dos direitos e garantias conferidos a esses sujeitos de direitos.

Por fundar e orientar a aplicação de todo o sistema normativo, inclusive, quanto à responsabilização de adolescentes que praticam atos infracionais, compreender o alcance e significado acerca dessa condição peculiar de pessoa em desenvolvimento é questão precípua. Pois, trata-se de imperativo necessário que é expressão dos direitos fundamentais à igualdade e à liberdade. Embora a adoção da Doutrina da Proteção Integral tenha sido uma aspiração não só nacional, mas mundial, sua efetiva aplicação, principalmente quando o assunto são os adolescentes que cometem atos infracionais e são submetidos às medidas socioeducativas, como a privativa de liberdade, encontra barreiras nos resquícios culturais e estruturais remanescentes da Doutrina da Situação Irregular, aplicada no Brasil pelo anterior Código de Menores. O que se agrava ao considerar a incompreensão acerca dessa condição peculiar de 'ser' adolescente, que deve orientar todo o processo de apuração dos atos infracionais, responsabilização, e aplicação de medida socioeducativa. Isso porque a compreensão do adolescente como sujeito de direitos, protagonista de suas ações, e em fase de desenvolvimento parece não ser tão simples assim e nem ao alcance de todos. Isso em decorrência de alguns preconceitos que obscurecem a compreensão e identificação do adolescente em sua peculiar condição. O entendimento dessa condição de ser adolescente é de crucial importância vez que influi diretamente na opção e na forma de aplicação das medidas de proteção ou mesmo das socioeducativas, e mediatamente na consecução dos fins. Constitucionais de garantia e proteção dos direitos das crianças e especificamente dos adolescentes, os quais possuem

responsabilidade infracional e sobre quem incidem tais medidas socioeducativas, sendo por este motivo importante para esse estudo compreender o ser adolescente.

Tem-se, pois, por imperiosa uma reflexão especificamente sobre a responsabilização infracional do adolescente tendo em conta a compreensão de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento. Objetiva-se, assim, uma abordagem da responsabilização do adolescente considerada essa peculiar condição, compreendida sob os aspectos psicanalítico, social, econômico, afetivo e cultural, bem como, e a partir disso, a verificação acerca da responsabilidade da sociedade e do Estado na exclusão e marginalização desses adolescentes e a (des)legitimidade de sua responsabilização.

Para tanto, busca-se referência não apenas na criminologia – com a compreensão da infração a partir de um enfoque econômico, político, social – mas também nos conceitos psicanalíticos acerca dessa etapa de desenvolvimento humano, denominada adolescência. Ressalte-se que a utilização da psicanálise, nesse ponto, limita-se, como opção metodológica, à compreensão das transformações a que passa o adolescente em seu desenvolvimento (biológico, psíquico, social). E não é utilizada puramente como instrumento explicativo do comportamento infracional, pois é de âmbito mais amplo. Parte-se então de uma análise dessa condição de ser adolescente fundada em preceitos psicanalíticos, ressaltando-se a complexidade inerente a esse objeto de estudo, já que em última análise trata-se da complexa construção da identidade por cada indivíduo, que demanda a compreensão de todo o contexto afetivo, social, econômico, cultural em que está inserido e ainda responde ao modelo bioecológico de desenvolvimento humano.

Considerando a influência do meio social, como fonte de referência do adolescente no processo de afirmação de sua identidade, segue a uma contextualização histórica e socioeconômica acerca da responsabilização do adolescente, apresentando a capacidade das instituições de apurar o ato infracional, em um processo garantindo a ampla defesa e o contraditório, a aplicação da medida socioeducativa aos fins que ela se propõem, da ressocialização e da possibilidade do adolescente se apropriar de valores que o afastem da situação de conflito com a lei. Tendo em conta a compreensão dos fatores psicológicos e comportamentais acerca dessa fase do desenvolvimento humano, considerada dentro da realidade socioeconômica em que vive o adolescente, propõe-se uma reflexão sobre as

questões relacionadas aos adolescentes que praticam atos infracionais e a parcela de responsabilidade da sociedade, por sua prática excludente e discriminatória, bem como a falta, ou melhor, a perda da autoridade do Estado e da discutível capacidade para lidar com tais questões sociais, seja a partir de políticas públicas preventivas e assecuratórias ou mesmo de responsabilização.

Passados mais de vinte anos da adoção da Doutrina da Proteção integral tanto pelo Brasil, como, principalmente, pelas Nações Unidas o que se percebe é a necessidade da efetiva afirmação dos princípios e direitos da criança e do adolescente, da efetividade de todos os direitos em sua integralidade. Sujeitos de direitos estes que não são incapazes ou incompletos, mas indivíduos cuja particularidade é sua condição de pessoa em desenvolvimento, sendo indispensável a compreensão dessa peculiar condição para a consecução das finalidades a que o Estatuto da Criança e do Adolescente e os dispositivos constitucionais propõem, que seria a prioridade absoluta e a proteção integral.

A partir disso vê-se a importância de se refletir especificamente sobre a responsabilização infracional do adolescente tendo em conta a compreensão de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.

Esse paradigma é critério de interpretação e aplicação, podendo-se ainda afirmar como fundamento dos direitos da criança e do adolescente, imprescindível, uma reflexão do que vem a ser essa particular situação de pessoa em desenvolvimento, no que vem a ser essa condição de ser adolescente. Quando se pensa, em um primeiro momento, no que vem a ser adolescência logo vem em mente a simples e rápida resposta relativa a uma etapa de desenvolvimento humano, a uma fase de amadurecimento, repleta de contradições, questionamentos, dúvidas.

Na tentativa de guiar o intérprete desse conjunto normativo de direitos, garantias e mesmo deveres, Costa (1992) , afirma que essa condição de pessoa em desenvolvimento “não pode ser definida apenas a partir do que a criança e o adolescente não sabem, não têm condições e não são capazes, cada fase do desenvolvimento deve ser reconhecida como revestida de singularidade e de completude relativa” .

Contudo, apesar da ênfase na necessidade de se compreender a adolescência como uma das etapas do desenvolvimento humano, caracterizada por sua singularidade, somente isso não é suficiente, ou seja, saber simplesmente que devem ser tratados de forma diferenciada por sua imaturidade física ou psíquica não ajuda a entender efetivamente o que é e como se passa por esse processo. Isso porque o entendimento do que é essa condição de pessoa em desenvolvimento na adolescência vai muito além do que os conceitos estritamente jurídicos possam alcançar. Pois, mais do que um processo de desenvolvimento biológico a adolescência significa o percurso para o estabelecimento da identidade do adolescente, com transformações no âmbito psíquico, cultural e social do adolescente.

Assegurar direitos de crianças e adolescentes, como preconizado pela Constituição, exige compreender essa fase e a dinâmica da proteção, mesmo em situação de conflito com a lei.

A complexidade, porém, é inerente a esse objeto de estudo, já que em última análise trata-se da complexa construção da identidade por cada indivíduo, cada adolescente, porque significa compreender a dinâmica da sua história de vida, seu contexto afetivo, social, cultural.

É o que afirma Knobel (1981), ao ressaltar também que não se pode estudar o processo a que passa o adolescente apenas como uma característica crucial, pois tal método resultaria em um estudo parcial de uma etapa do desenvolvimento humano, que deve ser observada “dentro de uma verdadeira totalidade do conhecimento da psicologia evolutiva”

E mais, afirma que, como todo fenômeno humano, deve ser estudada dentro do meio social e cultural no qual se desenvolve, concluindo que a adolescência deve ser considerada dentro de “toda a história do desenvolvimento humano”, bem como decorrente e influenciada pelo tempo e meio social, cultural e econômico.

Sobre essa dificuldade em se compreender o adolescente, como protagonista dessa fase do desenvolvimento humano, importante citar que Freud (1972) , em seu texto *As Transformações da Puberdade* (o termo ‘adolescência’ não vem da psicanálise), jamais pretendeu exaurir tal estudo, ao concluir que “o ponto de partida e o objetivo final do

processo eram claramente visíveis”, contudo “os passos intermediários” (puberdade) ainda eram muito obscuros, tendo que “deixar mais de um deles como um enigma insolucionado”.

Além disso, Bloss (1992), ressalta que o tempo para esse desenvolvimento é relativo, ou seja, não se pode estabelecer um padrão de conduta ou forma de desenvolvimento. Pois os processos envolvidos na construção da identidade do adolescente são extremamente complexos, na medida em que são vinculados às experiências afetivas, psíquicas, sociais de cada indivíduo.

Desta forma, conclui que “uma avaliação normativa dos adolescentes” seria “necessariamente vaga e incongruente”. No entanto, na tentativa de elaborar um conceito Knobel (1981), chegou a definir a adolescência como a fase do desenvolvimento humano na qual o indivíduo busca construir e firmar sua identidade (não só sexual, mas também como se posiciona na sociedade), com base nos referenciais infantis e nas possibilidades que o meio social oferece para essa construção, abandonando, por consequência, sua identidade infantil.

Existe, assim, como base do processo de adolescência, além de uma característica social determinada, uma circunstância específica, própria do desenvolvimento do adolescente, que o obriga a reformular seus conceitos a respeito de si e que o leva a abandonar sua imagem infantil e a se projetar na sua vida adulta. As questões inerentes à sexualidade irão refletir essa fase.

Diante desse conceito apresentado, pode-se afirmar que o adolescente verifica, além das transformações corporais, biológicas e incontroláveis, a perda de sua imagem como criança e a perda desta relação infantil com os pais, vendo-se diante da necessidade de criar novos referenciais e adquirir nova identidade. Para Freud (1972), a puberdade é caracterizada por significativas transformações tanto corporais como psíquicas, marcadas, principalmente pela atualização dos complexos de Édipo e de castração, pois “ao mesmo tempo em que os desejos incestuosos são superados e recalçados” ocorre também o “desligamento da autoridade dos pais”, o abandono dos pais da infância, processo esse imprescindível para o que se dominou de “progresso da civilização”, decorrente da oposição e contraste entre “a nova geração e a velha”.

Percebe-se, a partir disso, a ênfase à característica do necessário ‘deslocamento’ da função paterna nesse período e seus reflexos no adolescente, vez que esse não terá mais apenas como referencial os seus pais da infância, mas terá diante dele um mundo aberto com diversas possibilidades, escolhas, responsabilidades, limites, que agora serão impostos pelo próprio meio social, além dos pais.

Além disso, o encontro do indivíduo com o sexo, esse não apenas no sentido estritamente da relação sexual, mas também do posicionamento sexual, é característica igualmente marcante da adolescência, ressaltado por Freud em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1972)..

A adolescência implica, assim, alterações relacionadas à sexualidade do indivíduo, alterações essas que são diferentes no homem e na mulher

Ainda, deve-se ter em conta que a diferenciação entre os sexos no desenvolvimento, durante a adolescência, influi também diretamente no relacionamento social dos adolescentes, na interação com o meio, já que fatores externos são igualmente influenciadores nesse processo.

Esse desprendimento em relação aos referenciais infantis é fundamental para o desenvolvimento do adolescente na construção de sua identidade e inserção no mundo adulto. Para tanto, Aberastury (1981), afirma que o adolescente passa por três “lutos” fundamentais nesse processo: luto pelo corpo infantil, luto pelo papel e identidade infantil, luto pelos pais da infância. Perdas essas que demandam a necessidade do estabelecimento de novas relações com o meio, com os pais, com o corpo. A compreensão e a elaboração dessas alterações ocorridas na adolescência são essenciais para tentar compreendê-la.

Essa relação do sujeito com o Outro é, portanto, fundamental, e aqui está mais um fator de complexidade da transição pela puberdade. Pois, como o adolescente precisará buscar novos referenciais que se identifica na construção e afirmação de sua identidade, esses referenciais virão em muito desse Outro, da cultura, da sexualidade E, a cada opção realizada pelo adolescente suas possibilidades diante do mundo se reduzem e se limitam nesse Outro.

Todo esse processo e esses conflitos inerentes a ele decorrem das alterações biológicas (relacionadas à sexualidade), psicológicas e afetivas que lhes são características. Pois o adolescente, embora almeje conscientemente crescer e se desenvolver em todos os sentidos, não tem a exata noção de como lidar com essas transformações e quando se depara com essas novas experiências muitas vezes volta-se a aquilo que lhe é seguro, sua identidade infantil. Razão pela qual os referenciais infantis, mesmo devendo ser superados, são importantes, pois apoiam o adolescente durante a construção de sua identidade.

A adolescência, enfim, pode ser tida como um processo de desprendimento e troca de referenciais, fortemente influenciado pelos fatores externos, específicos de cada sociedade, cada cultura, fatores esses que podem auxiliar ou dificultar essa transição.

CAPÍTULO IV

Estudo do Perfil dos Adolescentes acusados de Ofensores Sexuais de crianças e adolescentes.

O estudo apresentado é descritivo, documental, com caráter exploratório e abordagem quantitativa, referindo-se às características biopsicossociais de adolescentes acusados de ofensa sexual contra crianças e adolescentes. A realização da pesquisa ocorreu por meio de consulta aos dados contidos em processos judiciais tramitados no período de 102 a 2016, nas varas especializadas da Infância e da Adolescência das Comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos municípios de Ananindeua, Belém, Castanhal e Santa Izabel.

4.1 Justificação do Estudo

A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do adolescente (1990), crianças e adolescentes do Brasil estão tutelados pelos princípios da prioridade absoluta e da proteção integral. Nesses anos após a conquista dessa base legal, o esforço tem sido dado em direção a solidificar as bases dessa proteção integral, a partir da implantação de um Sistema de Garantia de Direitos, de fato articulado para promover o acesso de criança e adolescentes a todos os seus direitos. No que diz respeito ao eixo da proteção desse sistema, em face de violações, esse desafio é imenso na perspectiva de que o Estado tenha a capacidade de dar atendimento imediato, eficiente e integral para reduzir os danos advindos da violação sofrida. A violência sexual é uma das formas mais perversas de violação e seu enfrentamento tem demonstrado o quanto essa efetivação do atendimento especializado é complexo, num cenário em que a naturalização da violência sexual é algo presente. Na região Norte e em especial o Estado do Pará, de grandes proporcionalidades territoriais, há peculiaridades que evidenciam muitos fatores de risco. Nesse sentido, avançar na pesquisa no campo da violação dos direitos sexuais é uma estratégia necessária para o enfrentamento desse fenômeno. Esse avanço precisa se dar tanto no âmbito da vitimização, como também no âmbito da autoria dos abusos sexuais. Estando em foco a proteção integral de crianças e adolescentes, urge compreender o adolescente que comete ato infracional de ofensa sexual. Nesse caso, vítima e ofensor são sujeitos de proteção.

Por isso a investigação empírica é importante para esse avanço no enfrentamento da violência sexual, pois oferecem subsídios para a elaboração das políticas de atendimento e de responsabilização do adolescente ofensor, buscando a superação da reincidência. Esse estudo empírico se propõe nessa perspectiva.

4.2 Objetivos

Como objetivo geral, alinhado no projeto de pesquisa é elaborar um perfil biopsicossocial de adolescentes acusados de ofensa sexual contra crianças e adolescentes. E como objetivos para o desenvolvimento do processo de investigação (específicos) seria caracterizar os aspectos psicossociais de adolescentes acusados de ofensa sexual contra crianças e adolescentes, no sentido de compreender o desvio de conduta a partir de condição peculiar de desenvolvimento e identificar e analisar as características biopsicológicas dos adolescentes acusados de ofensa sexual de criança e adolescente em processos jurídicos tramitados e julgados pela Vara da Infância e da Juventude, nas comarcas de Ananindeua, Belém, Castanhal e Santa Izabel no Estado do Pará, entre os anos de 2012 e 2016, a partir do recorte regional.

4.3 Desenho da Investigação

Esta pesquisa compreendeu dois estudos cujo resultados está apresentado na análise dos dados pois sendo um deles de revisão sistemática da Literatura e embasamento teórico e a outra parte da coleta de dados empíricos. As duas fases se relacionam, debatem e exploram para responder ao tema. O primeiro estudo da Revisão Sistemática da Literatura, compreendeu a leitura de autores que debatem a compreensão da conduta desviante a partir das teorias do modelo bioecológico do desenvolvimento humano e das teorias da criminologia crítica, e a partir desse referencial abordassem sobre perfis de violadores sexuais de crianças e adolescentes, tanto em estudo com adultos, quanto em estudos de conexões com aspectos do desenvolvimento da adolescente face o princípio da condição peculiar de desenvolvimento e os parâmetros teóricos psicanalíticos sobre o desenvolvimento da sexualidade. O segundo estudo consistiu no levantamento do perfil biopsicossocial dos adolescentes ofensores, tendo como fonte os processos judiciais das Varas da Infância e da Juventude dos municípios de região metropolitana sendo Belém,

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES Castanhal,. Ananindeua e Santa Izabel, compreendendo quatro comarcas do Estado do Pará.

Para o primeiro estudo a estratégia foi inicialmente a busca na bibliografia proposta no curso de Mestrado e de artigos sobre o tema, elaborados pelos professores da Universidade Fernando Pessoa, através da biblioteca virtual e presencial. Também realizada busca em site específico de trabalhos científicos, no caso a base de dados das publicações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior CAPES , sendo estabelecidos primeiros critérios de exclusão e critérios de inclusão.

Na investigação empírica a coleta dos dados foi feita nos autos dos processos judiciais de ato infracional de adolescentes autores de agressão sexual cometida contra criança e adolescentes em quatro municípios do Estado do Pará. A intenção não é de fazer comparações em casa âmbito demográfico, mas fazer análise generalizada a partir dos dados. Esses documentos demonstram todo o processo legal de denúncia, apuração, defesa, julgamento do processo legal de responsabilização do adolescente pelo ato infracional, são, portanto, fontes de informações fabulosas acerca dos casos. Nele são trazidas as circunstâncias da ocorrência dos abusos, informações sobre vítimas e autores no que diz respeito à sua escolaridade, famílias, idade, relatórios de estudos sociais e psicológicos.

O contexto da Pesquisa se dá num estado da Amazônia legal brasileira, o Estado do Pará, de grandes proporções regionais ao todo 1.248.000 km², com 174 municípios. Os municípios escolhidos em sua maior parte compõem a região metropolitana do Estado (Belém, Ananindeua, Santa Izabel e Castanhal) onde se concentram os maiores índices populacionais da região e por consequência os maiores índices de violência de toda natureza, a concentração dos equipamentos públicos, a maior oferta de serviços e a maior parte das empresas comerciais. O município de Ananindeua tem população estimada em 510.830 habitantes (IBGE 2016) e IDH de 0,718. Belém, a capital do Estado é o município mais populoso com 1. 446 042 habitantes (IBGE de 2016) e IDH 0,743. O município de Castanhal tem população estimada de 192 571 habitantes, de acordo com o IBGE em 2016 e IDH 0,673. O município de Santa Izabel tem população estimada em 2016 de 67.686 habitantes e IDH de 0,659.

As comarcas dos municípios pesquisados, tem Vara especializada da Infância e da Adolescência, contando com juiz de direito titular, com exceção de Castanhal que conta com juiz substituto.

4.4. Instrumentos

Estudo das características Biopsicossociais - O instrumento utilizado para a coleta do estudo das características biopsicossociais, foi o Formulário de Caracterização Biopsicossocial – FCBS, elaborado com a referência o estudo de Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2006). O objetivo dele é coletar informações referentes à caracterização biopsicossocial dos adolescentes representados nos processos estudados, assim como obter informações sobre as vítimas, as circunstâncias da agressão sexual notificada, todos os procedimentos do amplo processo legal e organização dos dados obtidos de acordo como contexto onde ocorreu e os vínculos entre ofensor e vítima.

Os itens do formulário foram distribuídos da seguinte forma: identificação do processo (número e data de abertura, data da ocorrência da primeira agressão e data do boletim de ocorrência policial); dados sociodemográficos e processuais dos representados e das vítimas (data de nascimento, sexo, cor, etnia, religião, situação conjugal, possuir filhos, escolaridade, tipificação do ato, situação processual do representado/a, atos infracionais anteriores, tempo de abertura do processo, medida sócio educativa); dados das características da agressão sexual (local onde aconteceu, contexto, tempo de duração). Dados dos vínculos entre ofensor e vítima, fatores de risco individual e familiar e contextual; comportamento diante da violação (confissão, motivos da confissão, reações da vítima, formas de reação).

4.5 A amostra

O estudo foi realizado nas Comarcas de Ananindeua, Belém, Castanhal e Santa Izabel, através das informações retiradas de 74 processos judiciais, tramitados ou em trâmite dos anos de 2012 a 2016, sendo distribuídos nas comarcas da seguinte forma:

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Municípios	No. De Processos	
Ananindeua	26	
Belém	28	
Castanhal	14	
Santa Izabel	6	
Total	74	100%

Tabela 1. Número de processos por Comarca estudada e registrado no Sistema Libra

Fonte: TJPA 2017.

Não foi possível afirmar que a população estudada nos processos se tratava comprovadamente de adolescentes ofensores sexuais e sim de acusados de cometer a agressão sexual, devido ao princípio jurídico constitucional da Presunção de Inocência como regra em relação ao acusado de ato infracional, até que a sentença condenatória transite em julgado em última instância.

De acordo com a tabela 1, é possível observar que a maioria dos processos coletados se concentrou na comarca de Belém, com um total de 28 processos. Sendo o menor percentual da amostra da comarca de Santa Izabel, com 6 processos.

Os processos analisados tramitavam em segredo de justiça, por ser autor e vítimas crianças e/ou adolescentes. Isso reporta à horário de coletas especiais e situações de sigilo próprias e restritas.

4.6 Procedimentos

Revisão Sistemática de Literatura – foi necessário cumprimento de etapas que foram condensadas como parte dos procedimentos gerais. Nessa etapa, foi tido como referência a Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa e o Portal Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) como base de dados para levantamento das publicações. Estas duas foram selecionadas por serem fonte de dados confiáveis, onde seria possível acessar artigos que correspondessem aos critérios técnicos, além de

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

oferecerem um acervo vasto de artigos publicados nas diversas áreas do conhecimento e em diferentes idiomas. Prossegue-se, após esse primeiro levantamento a busca por artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, isso para objetivar o mapeamento da produção existente sobre a temática em pauta. Isto possibilitou a exploração do tema e promoveu o refinamento dos critérios de exclusão e inclusão no sentido de promover as buscas definitivas dos estudos. Os termos que orientaram as buscas iniciais foram:

1°. Termo		2°. Termo		3°. Termo	
Português	Inglês	Português	Inglês	Português	Inglês
Agressor	Aggressor	Violência Sexual	Sexual violence	Caracterização	Characterization
Abusador Sexual	Sexual abuser	Abuso sexual	Sexual abuser	Perfil	Profile
Estuprador	Rapist	Estupro	Rape	Trajectoria de desenvolvimento	Developmental trajectory
Pedófilo	Pedophile	Pedofilia	Pedophilia	Perfil psicológico	Psychological profile
Molestador	Molester	Agressão sexual	Sexual assault	Perfil social	Social profile
Ofensor	ofenser			Perfil biopsicossocial	Biopsychosocial profile
Adolescente	Adolescent			Fator de risco	Risk factors
				Fator de proteção	Protective factors

Figura 2. Termos que orientam as buscas preliminares e exploratórias da pesquisa – Revisão Sistemática

Esse resultado dessa etapa auxiliou na definição de escritores que mais se aproximaram da temática para que passassem à etapa seguinte, onde critérios de inclusão e exclusão refinaram a amostra, foram eles:

Critérios de inclusão:

- Artigos publicados em português e inglês; a partir das palavras chaves: ofensor sexual, adolescente ofensor, sexual abuser x child, adolescente abuser.

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Artigos publicados nos últimos vinte anos;
- Artigos resultantes de relatórios de pesquisas empíricas sobre agressores sexuais
- Artigos sobre teoria e concepções de agressão aos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

Crítérios de exclusão:

- Literatura de manchetes de jornais, notícias.
- Artigos teóricos e de revisão de literatura.
- Artigos que explorasse somente o tema da vitimologia da violência sexual.
- Artigos que abordassem sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais.

Com esse novo refinamento e o início das buscas pelas publicações referente ao tema da revisão, os artigos encontrados foram numerados de forma ordinal conforme as categorias: selecionados, repetidos e descartados. Nesse processo de seleção houve a leitura do título e do resumo de cada estudo, lendo-se na íntegra somente quando esses dois pontos não eram esclarecedores sobre o objeto do estudo. Depois disso os artigos que atenderam aos critérios de inclusão foram salvos em pasta eletrônica. Os que se repetiram foram excluídos e outros descartados por não abordarem a essência da temática, conforme os critérios anteriores elegidos.

Para seleção definitiva dos artigos, foram escolhidos dois pesquisadores os quais atuaram como juízes, uma vez que nesse momento de construção de um estudo é necessário e estratégico a participação de colaboradores com a finalidade de garantir que estudos relevantes sejam selecionados. Segundo Schutz, Sant'Ana e Santos (2011), o viés na seleção de estudos de revisão de literatura refere-se a possibilidade de haver interferência da percepção subjetiva do pesquisador a tal ponto que isso pode conduzir a erros sistemáticos e tendências no processo de seleção dos estudos. Esses colaboradores e o pesquisador a partir de reunião técnica, fizeram a discussão sobre a leitura e avaliação

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

dos artigos que atendessem aos critérios previamente elaborados e o nível de relevância de cada estudo. Depois da leitura na íntegra dos artigos, se chegou a uma amostra que dava conta da maior parte da elaboração teórica da pesquisa. No decorrer do processo de pesquisa e coleta de dados também se agregou outras leituras. A referência para os juízes colaboradores, da relevância dos estudos disponíveis foram as questões abaixo:

Perguntas de relevância (aplicado aos artigos na íntegra)		
Questões de interesse	Sim	Não
1 – O problema da pesquisa está claro?		
2 – Os objetivos do estudo tem relação com a questão que está sendo estudada?		
3 – A metodologia está descrita com clareza		
4 – Os resultados são compatíveis com a metodologia e merecem credibilidade?		
O estudo foi incluso?		
Assinatura do avaliador		

Figura 3 – Questões de relevância do Estudo (Fonte: Azevedo 2010, adaptado) – Revisão Sistemática

Os juízes colaboradores atuaram de forma independente. E a concordância de ambos, elevava o estudo em questão à categoria de selecionado, assim como com a discordância de ambos, gerava eliminação do estudo. Quando se somava uma concordância e uma discordância, o pesquisador fazia a leitura e dava uma avaliação final.

Estudo das Características Biopsicossociais - para realização desse estudo, foram feitos contatos com os juízes das Varas Especializadas de Belém, Ananindeua Castanhal e Santa Izabel. Esse contato teve o objetivo de explicar os objetivos da pesquisa, apresentar o instrumento de coleta (FCBS) e solicitar autorização para coletar os dados nos processos tramitados nas comarcas. Quando autorizado era apresentado para a assinatura o Termo de Autorização da Pesquisa. Um exemplar deste termo, pode ser observado no anexo desta dissertação.

Depois desse contato com o magistrado, apresentava-se a demanda para o diretor de secretaria das Varas, que contribuíam para identificar no Sistema LIBRA, os processos dessa natureza. Os processos ao serem dado entrada e distribuídos não são identificados ao nível da tipificação do Ato Infracional, nesse sentido, não há uma identificação específica da tipificação estupro de vulneráveis no sistema. Então a identificação tem que ser feita na observação do cadastro. Também o sistema só alcança um determinado lapso temporal, sendo de 2014 em diante. Por esse motivo foi também feito em secretaria a busca por processos físicos que não constavam na lista do sistema.

O Sistema de Gestão de Processos Judiciais, denominado de LIBRA, foi implantado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) a partir do ano de 2008. Antes do sistema LIBRA, este órgão utilizava o Sistema de Acompanhamento Processual (SAP). O novo sistema foi criado pelos técnicos da Secretaria de Informática do TJPA, obedecendo às determinações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da resolução de nº 46/2007, que propôs o uso de tabelas processuais unificadas, além de outras providências. Com o novo sistema a atualização das informações nos processos passou a ser realizada por meio de qualquer servidor conectado à internet, mediante identificação eletrônica e senha de acesso.

O sistema LIBRA permite ao Poder Judiciário do Pará contar com um banco de dados centralizado *online*, empregando maior segurança às informações que embasam os processos e trâmites judiciais nas Comarcas do interior e da capital, sem haver o risco de perder esses dados, caso ocorram incêndios ou outros acidentes, por exemplo. De acordo com o *site* oficial do TJPA (<http://www.tjpa.jus.br>), o sistema LIBRA foi implantado de forma gradual em todas as 108 comarcas que integram o Judiciário paraense.

Após identificação e organização de uma lista de processos, era identificado onde se encontravam: secretaria, gabinete do juiz, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública ou em arquivo. Após essa tarefa se iniciava a coleta, iniciando por aqueles que estavam em secretaria, no gabinete, no arquivo (se este oferecesse condições de ser encontrado, sendo que a maior dificuldade encontrada foi no arquivo de Castanhal pela insalubridade e a impossibilidade no arquivo de Belém, por estar em prédio diverso e em

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES reforma) e no Ministério Público e Defensoria Pública (sendo autorizados por estes órgãos somente aqueles do município de Santa Izabel).

4.7 Análises

As análises dos dados coletados nos processos foram realizadas a partir da organização dos mesmos em software estatístico SPSS versão 20.0 for Windows.

4.8 Resultados

Foram analisados ao todo 74 processos judiciais. Na figura 2, é possível visualizar que as comarcas dos Municípios da amostra da pesquisa abrangem a região metropolitana da Capital do Estado, onde se concentra um percentual significativo da população e onde se concentram a maior parte dos serviços e dos equipamentos públicos. No que diz respeito á rede de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, também é a região onde se concentra o maior número de Delegacias Especializadas, Núcleos de atendimento Jurídico, Centros Especializados de Referência de Assistência Social - CREAS, Varas especializadas, Promotorias da Infância e da Juventude e Instituições de Acolhimento Institucional

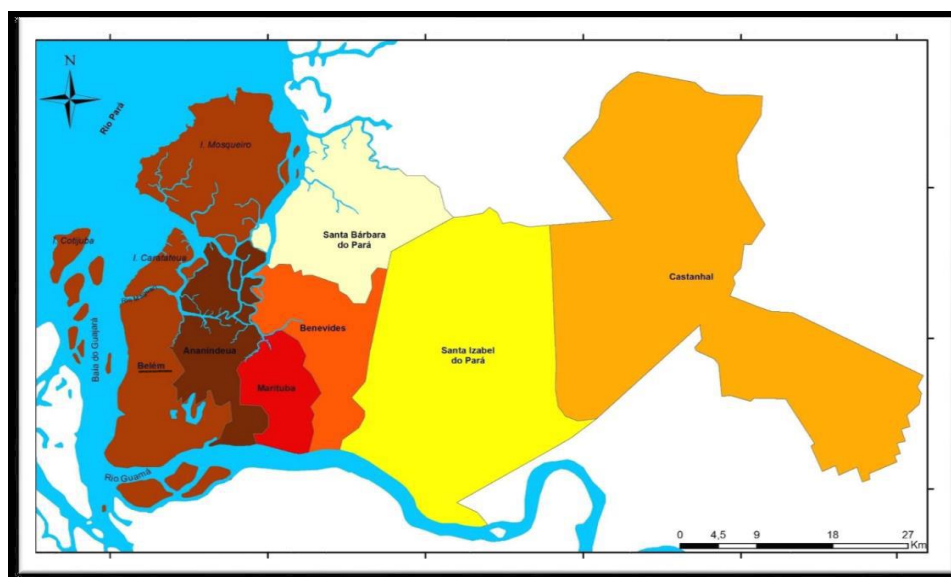


Figura 4: Mapa da Mesorregião Metropolitana de Belém
Fonte: IDESP/ NEURB, 2013.

O demonstrativo da quantidade de processos por Comarca pode ser visto no quadro abaixo, assim como a situação processual. Esses dados demonstram o ambiente da pesquisa.

Tabela 2– Quantitativo de processos por Comarca e percentual da situação processual

Categorias	Ananindeua		Belém		Castanhal		Santa Isabel	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Situação processual								
Em andamento	11	42,3	10	35,7	5	35,7	3	50
Finalizado	15	57,7	8	28,6	2	14,3	3	50
S.I	-	-	10	35,7	7	50	-	-
Total	26	100	28	100	14	100	6	100

Foram, portanto, analisados 26 processos em Ananindeua, 28 processos em Belém, 14 processos em Castanhal e 6 processos em Santa Izabel. Belém por ser a capital e com maior índice populacional, tem características que interferem nessa condição de maior número de casos. Porém esses dados não correspondem ao total de processo registrados, ou seja, não condizem com o total de processos adentrados no Tribunal de Justiça no período, pois os que estavam tramitados para o Ministério Público, para a Defensoria pública e para o arquivo, não puderam ser consultados. Belém também abrange o maior número de processos judiciais, por ser o maior índice populacional entre as comarcas estudadas. Da mesma forma se reflete sobre o quantitativo de Santa Izabel, que é a comarca de menor índice populacional e apresenta o menor número de casos estudados.

No quesito sem informação, encontravam-se processos arquivados sem resolução de mérito ou totalmente parados, tendo somente a representação e mais nenhuma juntada de documento ou trâmite interno ou externo.

O percentual de processos finalizados, pelo intervalo do período compreendido, pode ser considerado baixo e isso chama atenção, em função da reflexão da celeridade processual, em caso de violação de direito de sujeitos que estão sobre a proteção integral e a prioridade absoluta. Essa questão irá se traduzir em dados posteriores sobre o tempo de processo. No que se refere à questão da responsabilização do adolescente, se amplia um lapso de tempo que pode ser danoso para a percepção do adolescente sobre a sua responsabilidade e a gravidade do ato praticado, dado a dinâmica do desenvolvimento nessa fase de vida e as correlações com questões que dizem respeito à vida social e sua subjetividade

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Muitos dos processos pesquisados se encontravam em tramitação, sem sentença, por isso se considerar que uma parte do amostra se constitui de casos em que adolescentes estão na condição de acusados de praticar a agressão contra crianças e adolescentes, pois segundo o texto da Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 5º, inciso LVII: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

O ônus de provar as acusações é totalmente do acusador, ou seja, o acusado não tem a obrigação de provar a sua inocência, pois, em regra, ele é considerado inocente até que alguém demonstre o contrário. Portanto, enquanto não existir mais a possibilidade de recursos nas instâncias judiciais os réus em regra são inocentes. Vigora também o princípio da presunção da inocência.

Tabela 3 - Dados sociodemográficos do ofensor e da vítima

Categorias	Ofensor		Vítima	
	f	%	f	%
Sexo				
Masculino	72	97,3	39	52,7
Feminino	2	2,7	35	47,3
Idade (A)				
11 - 14	36	48,6	-	-
15 - 17	36	48,6	-	-
S.I	2	2,7	-	-
Idade (V)				
2 - 6	-	-	38	51,4
7 - 11	-	-	18	24,3
12 - 13	-	-	16	21,6
S.I	-	-	2	2,7
Cor/Etnia				
Branco	7	9,5	4	5,4
Pardo	40	54,1	58	78,4
Preta	10	13,5	2	2,7
SI	17	23	10	13,5
Escolaridade				
Nunca estudou	1	1,4	3	4,1
Pré-escola	-	-	17	23
E.F.I	53	71,6	35	47,3
E.F.C	1	1,4	1	1,4
E.M.I	14	18,9	-	-
SI	5	6,8	18	24,3

Com quem reside				
Mãe	47	63,5	61	82,4
Pai	18	24,3	32	43,2
Irmãos	27	36,5	26	35,1
Avó	13	17,6	11	14,9
Padrasto/Madrasta	15	20,3	8	10,8

Os dados demonstram que 97,3% dos casos, o adolescente acusado é do sexo masculino e somente 2,7% são do sexo feminino. Os dados sobre o sexo da vítima também apontam uma maior incidência de vítimas do sexo masculino sendo de 52,7 % e 47,3% de meninas. Está evidenciado que a maioria do universo da violação é predominantemente do sexo masculino tanto na vitimização quanto na autoria, portanto uma relação de agressão entre meninos em sua maior parte. Apesar de que o percentual de diferença no que diz respeito ao gênero da vítima não é tão expressiva.

No estudo de Pincolini e Hultz (2012), também está demonstrado esse cenário, que entre abusadores adolescentes houve predomínio do abuso sexual extrafamiliar contra vítimas do sexo masculino, especialmente vizinhos. A ofensa sexual contra meninos tende a ser mais subnotificada e socialmente menos reconhecido, já que as relações ofensivas tendem a ser percebidas como práticas de homossexualidade (Cohen & Gobetti, 2003; Kristensen, 1996). Além disso, a característica de subordinação, dominação comum ao abuso sexual, tem conotação à ser destinado ao gênero feminino, contrariando a lógica da masculinidade tão presente na cultura familiar patriarcal. Esse é um fator que influencia diretamente à motivação da denúncia dos casos.

O registro da faixa etária do adolescente ofensor, há parcelas iguais da idade de 11 a 14 e de 15 a 17 anos, atingindo o patamar de 48% nos dois grupos. Em paralelo observa-se que as faixas etárias das vítimas predominantemente são de crianças que estão na primeira infância, registrando um percentual de 2 a 6 anos com 51,4%. Portanto tem-se um cenário que indica pretensamente adolescentes na faixa etária de até 17 anos acusados de praticar ofensa sexual com crianças menores, na maioria dos casos estudados. As vítimas na faixa etária adolescente tem percentual de 21,6%. Não houve registro de vítimas maiores de 13 anos.

No que diz respeito à etnia, o dado reflete a realidade desta região do Brasil, onde há resultado da mistura de índios e negros, na formação da população. Nesse caso, ofensores apresentam dado de 54,1% de pardos e vítimas de 78,4%. Há também registro de percentual de 23% e 10%, sem informação no formulário. Esse é um dado que nem sempre está registrado nos documentos mais frequentes dos autos como Boletim de ocorrência e Representação do Ministério Público. Mas essa informação é habitual na requisição do exame sexológico, por isso o menor percentual de inexistência de informação nos dados da vítima. Nos registros do adolescente infrator, é mais comum esse registro em relatórios técnicos de equipe multiprofissional.

A escolaridade apresenta que os adolescentes acusados num percentual de 71,6% estão cursando o Ensino Fundamental incompleto. Se atentar para os dados da faixa etária, observa-se que se apresenta grande incidência de disfunção idade série, ou seja, que a vida escolar apresenta grandes comprometimentos de acesso e frequência com sucesso. No que diz respeito à vítima os dados apresentam a realidade de que em observação à idade, grande parcela tem acesso ao Ensino Fundamental Incompleto (47,3%) e à Educação Infantil (23%); ou seja, que a maioria das crianças não tem assegurado o direito de acesso escola na infância. O percentual de vítimas que nunca estudaram (4,1%), provavelmente condiz com a faixa etária da primeira infância (2) e também de adolescentes sem escolaridade, apesar de que a entrada na escola segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, orienta que seja aos 3 anos de idade.

No demonstrativo de qual vínculo parental, é mais referência de convívio, o dado de que a maior parte dos acusados vivem com a mãe (63,5%), mesmo que tenha a presença de outros familiares, como logo em seguida em maior percentual de 36,4 % os irmãos, o pai com 24,3% e a avó (16,7%). Os dados relacionados ao pai e ao madrasta/padrasto de 20,3%, sugere que: a maioria não convive com os pais biológicos, sendo que há a presença da mãe com parcela grande de convívio com outro companheiro (padrasto). Demonstra também a presença da mãe sozinha convivendo com outros parentes, em especial com a mãe biológica desta (a avó), pelo percentual apresentado. Que há presença de convívio na maioria com mulheres exercendo o poder familiar, se considerar o percentual de convívio com mães e avós segundo os dados. Há que se considerar que outros parentes não foram registrados nos quadros por causa do índice muito pequeno de incidência.

Quanto ao registro de convívio da vítima é possível perceber que os dados se aproximam também dessa análise feita sobre o adolescente acusado, pois registra-se que o percentual de convívio com a mãe é de 82,4%, apresentado presença de 43, 2% com o pai, e em 35,1 dos casos há convívio das vítimas com os irmãos. Nesse caso, ao se adicionar o percentual de convívio com a avó (14,9%), também teremos a confirmação de um grande percentual de crianças e adolescentes vítimas tendo mulheres como figura principal do exercício do poder familiar.

Tabela 4,- Dados sobre as características da agressão

Categorias	<i>f</i>	<i>%</i>
Contexto		
Intrafamiliar	29	39,2
Extrafamiliar	45	60,8
Com vínculo familiar		
Primo	19	25,7
Tio	1	1,4
Irmão	8	10,8
Sem vínculo familiar		
Vizinho	23	31,1
Parceiro/Namorado	7	9,5
Conhecido	7	9,5
Amigo/colega	5	6,8
Outros	4	5,6
Local da ocorrência		
Espaço público	10	13,5
Espaço privado	64	86,5
Local espaço público		
Via pública	6	8,1
Estabelecimento comercial/Lazer	3	4,1
Outros	3	4,1
Local espaço privado		
Residência da vítima	19	25,7
Residência do ofensor	23	31,1
Residência vítima/ofensor	9	12,2
Residência de terceiros	11	14,9
Tempo de duração da agressão		
Única vez	36	48,6
< de ou = 1 ano	16	21,6
> de 1 ano	3	4,1
SI	19	25,7

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Os dados da tabela 3 sobre as características da agressão sexual, apontam que a maior parte das agressões ocorre em contexto extrafamiliar com o percentual de 60,8 %. O contexto intrafamiliar, onde está presente vínculos parentais é de 39,2%. Quando há vínculos entre vítima e ofensor, são na maioria primos (25,7%), sendo seguido pelo vínculo de irmãos de 10,8%. No contexto extrafamiliar, onde não há vínculos de parentesco, cuja incidência ocorre em 45% dos casos, a maioria dos adolescentes acusados são vizinhos das vítimas, num percentual de 31,1 %, indicando local de residência e convívio social muito próximos.

O local onde ocorre a maioria das agressões é em espaço privado (86,5%), sendo na residência do ofensor 31,1 %. Os dados também demonstram que na casa da vítima ocorreram 25,7 % das agressões e em residência partilhada entre vítima e ofensor num percentual de 12,2 %. Há que se considerar que no percentual de vínculo de irmãos entre vítima e ofensor é de 10,8% (8 casos) e que residência conjunta de vítima e ofensor é de 9 casos. Em espaço público a agressão aconteceu em 13,5% dos casos, sendo na sua maioria em via pública (8,1%).

No que diz respeito ao tempo de duração da agressão, os dados apontam que no total de 48,6%, foram ocorrências de uma só vez, ou ocorrências de menos de um ano (21,6%). Com isso observa-se que não há dados que apontem para uma ação de agressão continuada. Porém em 25,7 % dos processos não foi possível extrair essa informação.

Tabela 5- Dados com as características dos trâmites processuais

Categorias	<i>f</i>	%
Local do boletim de ocorrência		
Delegacia comum	20	27
Delegacia especializada	52	70,3
Tempo de abertura do processo		
Menos de 1 ano	6	8,1
De 1 a 2 anos	48	64,9
Mais de 2 anos	11	14,9
Situação processual		
Em andamento	28	37,8
Finalizado	29	39,2
SI	17	23

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Houve confirmação da agressão?		
Sim	54	73
Não	17	23
As principais formas de comprovação		
Avaliação psicológica	21	28,4
Depoimento da vítima	54	73
Laudo do IML	35	47,3
Depoimento da mãe	9	12,2
Depoimento de outros familiares	24	32,4
Depoimento do ofensor	8	10,8
Aplicação da M.S.E		
Em meio aberto	22	29,7
Em meio fechado	3	4,1
N.A	4	5,4
S.I	45	60,8
Responde a outro ato infracional		
Sim	8	10,8
Não	65	87,8

Os dados dessa tabela reportam-se ao detalhamento de variáveis do rito processual. No que diz respeito ao tipo de delegacia em que se registrou a agressão, o maior percentual se deu em Delegacia Especializada 70,3% em detrimento a 27% da Delegacia Comum. A delegacia especializada, na região metropolitana faz parte de um Programa chamado PROPAZ, que se caracteriza por ser um atendimento especializado e concentrado para situações de violação de direitos. É um serviço de atenção integral a crianças e adolescentes em situação de violências, onde através da prestação de serviços médico, psicossocial, de defesa social e perícia legal, promove o atendimento com caráter interdisciplinar as vítimas e suas famílias em um só espaço.

Esse dado traduz a situação de que esse serviço está concentrado nos municípios de região metropolitana. Sendo que a maioria dos processos estudados são da Comarca de Belém que é a capital do Estado, a incidência da Delegacia Especializada é maior. Não há delegacia especializada em Santa Isabel e nem Castanhal.

O tempo de abertura dos processos traz o percentual de 64,9% de processos que tem de 1 a 2 anos de abertura, muitos estando ainda em trâmites. Há também processos de mais de 2 anos, num percentual de 14,9%, e os mais recentes somam-se de 6 processos, registrando um percentual de 8,1%. Reportando-se aos dados da situação processual, observa-se que somente 29% está finalizado, ou seja, sentenciado, estando 28% em andamento e 23% sem informação. Esse dado de 17 processos sem informação, significam que são processos parados em secretaria por falta de junção de documentos ou de despachos, falta de localização de vítimas ou de acusados, sem tramitações recentes.

Na variável sobre a confirmação da agressão, a maior margem de registro é de que em 73% houve a confirmação e somente em 23% não houve. Essa confirmação não é somente originária de exame sexológico, mas de outras formas que juridicamente se legitima a agressão. Observa-se que em 4 processos não se confirma nenhuma das hipóteses, ou seja pode-se considerar que não houve ritos para comprovação, como a ausência do exame sexológico e também ausência de relatório de equipe técnica, que possa ter feito a escuta da vítima ou do ofensor. Nesse sentido as principais formas de comprovação, considerando o registro de mais de uma quando isso aconteceu, reflete que em 73% teve o depoimento da vítima, seguido pelo dado de 47% o laudo comprobatório do IML, em 32,4 % o depoimento de testemunhas, em 28,4 % há também a avaliação psicológica confirmando a agressão, em 12,2% o depoimento da mãe da vítima. Somente em 10,8% dos casos, a fala do autor foi uma das formas de comprovação da agressão.

NA variável sobre a aplicação de Medidas socioeducativas, ou seja, que o processo judicial já chegou ao nível de sentença judicial, os dados refletem indiretamente também o nível de celeridade dos processos, pois em 29,7% as medidas socioeducativas em meio aberto sendo Liberdade Assistida – LA, ou de Prestação de Serviço à comunidade – PSC, já foram determinadas. Em meio fechado o dado de 4,1%, reflete decisão em esfera sentencial, ou em situação inicial da ocorrência da agressão tendo o caráter de flagrante e permanência da excepcional medida de Internação. Porém o dado de 60,8% de sem Informação, também reflete os processos em andamento ou parados, que ainda não chegaram nessa esfera. O dado de nenhuma das anteriores (N.A), reflete entre outras situações a decisão de outras medidas que não a socioeducativa, como exemplo as Medidas de Proteção ao adolescente acusado.

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em somente 8% dos adolescentes acusados, já respondem ou responderam por outro Ato Infracional. 87,8% são primários. Esse dado colhido nessa amostra demonstra que a natureza delitiva ou de reincidência em dados infracionais não tem ocorrência significativa nesse segmento.

Tabela 6 - Dados com as características biopsicossociais do adolescente acusado.

Categorias	<i>f</i>	%
Confessou		
Sim	34	45,9
Não	40	54,1
Motivos da confissão		
Foi induzido/convidado pela vítima	8	10,8
Sentiu vontade/excitação	3	4,1
Brincadeira habituais	4	5,4
Namorava com a vítima	8	10,8
Foi induzido/convidado por terceiros	5	6,8
Não sabe explicar	3	4,1
Assume a responsabilidade	3	4,1
Severidade da agressão		
Hands On	28	37,8
Hands Of	14	18,9
Com contato físico sem uso da força com sedução	32	43,2
Atos praticados		
Assédio	12	16,2
Esfregar-se na vítima	29	39,2
Sexo vaginal	17	23
Sexo oral	17	23
Sexo anal	35	47,3
Tirou a roupa da vítima	26	35,1
Tentou ou beijou a vítima	8	10,8
Fator de risco individual		
Agressividade	9	12,2
Impulsividade	9	12,2
Faz uso de drogas ilícitas	5	6,8
Faz uso de álcool	2	2,7
Conflito de identidade sexual	13	17,6
Fator de risco familiar		
Baixo nível econômico	12	16,2
Houve separação dos pais	14	18,9
Não teve atenção dos pais	25	33,8

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Vivenciou negligência familiar	9	12,2
Sofreu violência sexual	4	5,4
Fator de risco contextual		
Acesso à bebida alcoólica	4	5,4
Acesso a drogas lícitas/ilícitas	7	9,6
Problemas habitacionais	4	5,4
Problema educacional	7	9,6
Problemas sociais	5	6,8

Temos nessa tabela os dados que dizem respeito às características biopsicossociais do adolescente acusado de ofensor sexual, assim como os fatores e circunstâncias da agressão. Na primeira variável sobre a confissão temos o percentual de 45,9% de acusados que assumem o ato praticado e 54,1% que não assumiram a prática da agressão. Esse dado é fundamental para entender as circunstâncias do ato praticado. Seguidamente temos os dados da motivação declarado pelo acusado para a prática que assim se registra: 10,8% que foi induzido pela vítima, ou seja, que atribui ao comportamento da vítima a responsabilidade do ocorrido. O percentual de 10,8% que se diz namorado ou que tem um vínculo afetivo com a vítima, portanto naturaliza o ocorrido como parte dessa proximidade. Outro dado que pressupõem a naturalização é aquele que diz ser parte das brincadeiras habituais, que é de 5,4%. Um dado que registra a influência de outras pessoas, portanto observado em ato assistido por outra pessoa da faixa etária ou adulto, e sendo influenciador é de 6,8%, fator que também atribui a outro e não ao autor a culpa pelo ocorrido. E também dois dados em que o acusado aproxima mais de si, o resultado da agressão que são registrados como 4, 1% atribuindo a excitação com a proximidade da vítima, ao fato de não saber explicar, mas se colocando na responsabilidade direta e ao assumir a responsabilidade pela conduta ofensora, indicando também a consciência da agressão ser ato socialmente reprovável.

As variáveis sobre a severidade da agressão, que explicita aspectos do *modus operandi*, trazem os seguintes dados: Quem em 37,8% dos casos houve agressão *Hands on*, ou seja, agressão com uso de força ou outro tipo de coerção mais severa, como ameaça; 18,9% do tipo *hands off* que é agressão sexual com “menos” severidade como exibicionismo e abuso verbal, ofensa moral. Observa-se que na maioria dos casos há a ocorrência do

contato físico sem uso da força ou ação mais severa, com uso de sedução, abrangendo um percentual de 43,2%. Nesse último caso ocorre o consentimento da vítima, porém a palavra "consentimento" não se aplica a crianças, sobretudo menores de 14 anos, uma vez que elas não possuem condições de averiguar as intenções do discurso do ofensor.

No que tange aos atos praticados, registra-se não somente uma única ação, mas aquelas que foram efetivadas no momento da agressão. Então na maioria dos processos estudados há a incidência de penetração anal (47,3%) e penetração vaginal em 23 % dos casos. Há também a exposição do corpo da vítima em 35,1 % dos processos. Observa-se grande ocorrência de ação libidinoso com a atitude de esfregar-se na vítima compreendendo 39,2 % dos casos, e o assédio em 16,2%. Em muitos casos esse assédio foi prática inicial para outras ações que vieram a seguir para se perpetrar a ofensa sexual mais efetiva. Tendo-se ainda a tentativa ou beijo na vítima em 10,8 % dos casos.

No que diz respeito aos fatores de risco temos os de risco individual que tem a ver com questões comportamentais e de personalidade do adolescente, o de risco familiar que está relacionado as situações de vulnerabilidade social e econômica da família, assim como o contexto familiar e a situação dos laços afetivos e da capacidade protetora desse grupo e os fatores de risco contextual que estão diretamente ligados à ocorrência da violação como motivadores da conduta desviante, seja por situações pontuais seja por problemas situacionais mais instalados, mas que estavam presentes no cenário da violação. A amostra estudada mostrou que entre os fatores de riscos individuais o conflito de identidade sexual está presente em 17,6%, o de agressividade e impulsividade estão igualmente frequentes em 12,2% dos casos, o uso de drogas registra-se no percentual de 6,8% e de álcool em 2,7%. Os fatores de riscos familiares demonstraram que não ter atenção dos pais é muito determinante como risco à autoria do ato, registrando um percentual de 33,8% ; a separação dos pais como risco se apresenta em 18,9 %, a situação de pobreza advinda da baixa renda atinge 16,2% dos casos; a situação de negligência se apresenta em 12,2% e o percentual de adolescentes acusados, que possam ter passado por violência sexual registra-se em 5,4% dos casos estudados. Nos fatores de risco contextual temos no acesso à droga e no problema educacional o percentual de 9,6% em ambos, depois aparecem a situação de acesso à bebida alcoólica e problemas habitacionais também o índice de 5,4%, tem-se também os problemas sociais registrados em 6,8% dos casos. Esses dados dos fatores de riscos nem sempre são registrados diretamente, mas

estão presentes nas falas de testemunhas, relatórios de equipe técnica e nas falas do adolescente acusados. Entende que a abstração delas também se dá de uma forma subjetiva.

4.9 Discussão

O princípio garantidor do acesso à justiça está consagrado na Constituição de 1988, artigo 5º, XXXV, enquadrado dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, mais especificamente nos Direitos Individuais e Coletivos. A garantia de Direitos de Crianças e adolescentes está preconizada na Constituição no patamar de prioridade absoluta. Isso também diz respeito do acesso à justiça, conforme prevê o ECA (1990) em seu artigo 11º:

“1. Em caso de violação dos seus direitos, é garantida à criança e ao adolescente o acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva pelos meios mais expeditos, urgentes e céleres. 2.A tutela jurisdicional efetiva, entre outras é garantida da seguinte forma: *a)* Pela prevalência, nos casos sujeitos a resolução judicial, do interesse superior da criança e do adolescente; ... *c)* Pelo tratamento capaz de favorecer o sentido de dignidade e valor ao adolescente suspeito, acusado ou à criança e adolescente que se reconheceu ter praticado facto qualificado como crime; *d)* Pelo reforço do seu respeito, pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais de terceiros, considerando a sua idade e a necessidade de facilitar a sua reintegração social; ... *h)* Pela audição da vítima de crimes sexuais o mínimo de vezes possível e por autoridade judiciária, em local adequado para o efeito e, sempre que possível, com recurso a meios lúdicos, pedagógicos e tecnológicos.”.

No estudo realizado, um aspecto que chama muita atenção é o percentual de processos que estão em andamento, somando 42,3% em Ananindeua, 32,7% em Belém e Castanhal e 50% em Santa Izabel. Esses dados revelam que a celeridade ainda é um desafio para a justiça da Infância e da adolescência, atendendo aos princípios constitucionais explicitados no artigo 11 do ECA. Essa constatação também foi feita na observação direta durante a coleta. Um fator a ser considerado, dada a realidade do Estado do Pará, é que essas comarcas são da região metropolitana, com Vara Especializada e com juiz titular.

Essa realidade não é comum na maioria dos municípios paraenses (o Estado tem 144 municípios), onde uma das características, sendo região da Amazônia Brasileira, são as grandes distâncias e o difícil acesso, que coadunam para que haja dificuldade nas ofertas

de programas e serviços de toda natureza, contribuindo para uma rede de proteção ineficiente para o enfrentamento das situações de violações de direitos de crianças e adolescentes. Essa demora processual, para a responsabilização de adolescentes que se encontram em situação dinâmica e peculiar de desenvolvimento, contribuem para que os efeitos da sentença de uma medida socioeducativa, que objetiva a reintegração social do adolescente ofensor, investindo na perspectiva da não reincidência e do fortalecimento dos laços sociais e de vínculos, são processos que não aconteçam e com isso comprometa a recuperação da dignidade de ofensores e vítimas. A demora processual também traz prejuízos emocionais imensuráveis para as vítimas, que com grandes lapsos temporais e por repetidas vezes precisam reviver a violência sofrida e serem revitimizadas, pois no estudo se observa que na maioria dos casos não são ouvidas em depoimento especial, com os recursos e estratégias pedagógicas necessárias. Há também casos, em que passado o tempo, o processo foi arquivado sem resolução do mérito, pelo fato do adolescente ter atingido a maioridade.

Outro dado que reflete esse comprometimento da celeridade é aquele que registra o percentual do tempo de abertura do processo, sendo que 64,9% dos processos estudados o tempo de abertura é de 1 a 2 anos. Isso sugere que a maior parte dos processos em andamentos não são aqueles abertos em menos de um ano, tendo também processos nesse patamar que estão com mais de dois anos de abertura. Essas observações não são possíveis de todo ser demonstrada nos dados de forma mais clara, mas também é fruto da vivência e da observação durante o trabalho de coleta.

O modelo bioecológico de desenvolvimento humano, permite analisar os indivíduos e comportamentos num processo constante de desenvolvimento e de interação com a realidade.

De Antoni e Koller (2014), expressam a referência do tempo e suas determinações de apreensão de novas perspectivas de convivência social. Nesse sentido, o tempo passado entre a denúncia de uma agressão sexual cometida por adolescente, a abertura do processo e por conseguinte todos os trâmites do amplo processo legal e a garantia de todas as formas de defesa, incute uma dimensão especial de tempo para a observância da

responsabilização da conduta desviante. Esse passo processual naturalmente tem seu tempo de proceder na legitimação dos atos processuais.

Porém esse tempo necessário, somado com fatores estruturais que desaceleram para além do aceitável o processo judicial, entre outras coisas, vem a ser determinante nas etapas pós sentença judicial que pleiteia por intervenções frente a responsabilização do adolescente. E no caso de reconhecimento de não ter autoria na ofensa sexual, também já provocou violações diversas à nível emocional e prejuízo às relações.

Outra questão diz respeito a porta de entrada de uma denúncia de violência sexual. Importante frisar que a preocupação com a proteção se estende à vítimas e a acusados, pois em função da condição de sujeito de direito, de proteção integral e da condição peculiar de desenvolvimento, tanto vítima quanto acusado precisam ter a acolhida com as garantias previstas em lei. No caso do adolescente acusado, que seja preservada sua integridade física e emocional. Sendo os crimes de violência sexual, passíveis de imensa revolta popular e envolvimento de grande comoção de familiares e parentes. Como previsto no ECA, a porta de entrada é O Conselho Tutelar, para acolhimento da vítima. No caso do ato infracional e na acolhida do adolescente acusado é a Polícia Civil, através da Delegacia que faz os primeiros procedimentos e registra Boletim de Ocorrência Policial. OS dados apontam, que na amostra estudada 70,3% foi realizada em Delegacia Especializada, sendo que ainda 27, % dos casos ainda são atendidos em delegacia comum, onde provavelmente não há serviço técnico e espaço para manter o adolescente acusado. Esse dado é interessante e sugere reflexão sobre o cenário da proteção da infância e da adolescência na região, levando-se em consideração que são comarcas de região metropolitana e que passado vinte e sete anos de Estatuto da criança e do adolescente já pudesse ter sido universalizado o serviço especializado no campo da defesa em situações de violação de direitos de crianças e adolescentes.

A partir da situação de conduta desviante do adolescente, os procedimentos deveriam seguir sum fluxu célere até a determinação de medida socioeducativa adequada à peculiaridade da sua realidade familiar e social, e que também responda à complexidade do ato infracional cometido. Isso para que na vivência dela, o adolescente possa se apropriar de novas formas de se relacionar socialmente e ter perspectivas de vida a partir

que ele atribua os sentidos objetivos à violência cometida. Esse aspecto tem se perdido na temporalidade. Isso remete à uma análise sobre a condição de desproteção do adolescente acusado de ofensa sexual. O dado do percentual de Medida socioeducativa determinadas nos processos estudados, registra-se como Sem Informação (S.I) em 60,8% dos casos e apenas 29,7% em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à comunidade), 4,1% em meio fechado (internação em unidade socioeducativa). Esse é um fator extremamente danoso, em especial aos acusados de ofensores sexuais, pois como fala Costa, et all (2014), não se trata apenas de dar ao adolescente autor de violência sexual a possibilidade de promoção dos direitos à recuperação do desenvolvimento psíquico saudável, mas de romper o ciclo da violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

As características mais expressivas para se indicar um perfil do adolescente acusado de ofensor sexual na região metropolitana de Belém indicam que na sua maior proporção é um grupo de adolescentes do sexo masculino (93,7%), de idade entre os 12 a 17 anos (97,2%), de cor parda (78,4%), baixa escolaridade (a maioria não concluiu o ensino fundamental, sendo 47,3%) e que convive em sua maioria com a mãe exercendo poder familiar. Também um dado importante, se tratando de acusados é em que 73% dos casos, houve a confirmação da agressão, por diversas formas, sendo que em 45,9% os adolescentes confessaram a prática da agressão sexual.

No que diz respeito ao contexto, de forma predominante a agressão acontece em contexto extrafamiliar (60,8%). Nos estudos de agressores adultos o dado sobre o gênero dos ofensores também aponta para a predominância do sexo masculino, mas no que diz respeito ao contexto se difere. No estudo de Paiva, Lucilene (2015), realizado no município de Belém, com amostra de agressores adultos, apontou que o maior percentual de agressão sexual contra crianças e adolescentes acontece no contexto intrafamiliar, caracterizando uma permanência maior da criança nesse tipo de violação. Ou seja, comparando os dados do contexto da agressão sexual perpetrada por adultos e adolescentes e ainda o dado que o tempo de duração da agressão no caso do acusado adolescente é de um percentual de 48,6% que aconteceu uma única vez, pode-se deduzir que a ofensa sexual do autor adolescente não se dá em sua maior proporção de forma

continuada, acontecendo de forma mais esporádica e fato único que foi percebido e denunciado de imediato. Essa observação remete à vários debates.

Um desses debates se reporta à questão da condição peculiar de desenvolvimento, em especial do desenvolvimento da sexualidade. Quando se olha para os dados que indicam que quando existe vínculo familiar com a vítima os adolescentes são primos delas (25,7%) e quando não há vínculo familiar a maioria são vizinhos (31,1%), que moram próximos e que as famílias cotidianamente se relacionam, muitas das vezes convivendo em pequeno âmbito comunitário.

Então de modo geral, está se falando sobre adolescentes que por critérios familiares ou ambientais, cometeram ato violento contra crianças (51,4% estão na faixa etária de 2 a 6 anos) que ficam de alguma forma sobre sua guarda ou de cuidados ou de companhia para brincar. São ofensores e vítimas que transitam no mesmo espaço, que diariamente se encontram com a presença ou não de adultos e que também dividem brinquedos e brincadeiras em comum. Foi possível no estudo de processos, nos boletins de ocorrência policial se ter a informação de que a violência aconteceu quando ambos estavam brincando de bola, de vídeo game, de outras brincadeiras, e que estavam dividindo o espaço da casa do adolescente (31,1%) ou da vítima (25,7%). Nesse sentido entender as relações que se estabelecem entre ofensores e vítimas é fundamental, não apenas entender a adolescência a partir dos conceitos jurídicos e seu alcance, porque mais que um processo de desenvolvimento biológico, a adolescência é também uma fase de construção da identidade em âmbito psíquico, social e cultural. É necessário ampliar o olhar para o contexto social, afetivo, econômico e cultural em que está inserido, na tentativa de firmar uma identidade, inclusive sexual, Knobel (1981). A relação do convívio com outros adolescentes e com outras crianças fazem parte de uma necessidade de ampliar os vínculos de convivência para além dos pais, com quem estabelecia uma relação infantil.

A sexualidade é algo que não se vivencia só na puberdade, mas já na fase infantil. Observado que vítimas e adolescentes no estudo, estão dentro dessas fases (infantil e puberdade), isso também indica inclinações sexuais diferenciadas. Adolescentes nessa fase também fazem a escolha de um objeto sexual, que impulsiona desejos e impulsividades, apontados por Freud (1905). No estudo de Aberastury (1981), a autora

coloca que a adolescência traz três lutos na tentativa da construção de nova identidade e necessidade de novas formas de se relacionar com o meio, com os pais e com o corpo: o luto pelo corpo infantil, o luto pelo papel e identidade infantil e o luto pelos pais da infância. Nesse sentido, as relações entre adolescentes e acusados e as vítimas da amostra estudada, estão ambos mergulhados nesses aspectos. Há ainda a forma como a relação de poder, presente nesse desenvolvimento do adolescente se processa e se estabelece com a criança ou outro adolescente que ocupe um lugar de menor poder de mando ou de menor capacidade de impor sua vontade e por isso o coloca em situação de vulnerabilidade, nesse convívio. Esse processo de afirmação e de construção de identidade é o poder de reconhecer no corpo adolescente a maturidade genital e desejante. Portanto está presente uma necessidade das experimentações das motivações sexuais tanto trazidas pelo desenvolvimento biológico, quanto também muitas das vezes trazidas por ocorrências de contato com experiências sexuais dos adultos, seja por proximidade direta com estes, ou por objetos e materiais pornográficos. Essa questão da influência da pornografia é referido por Marshal e Barbaree (1996) , no seu estudo sobre os modelos teóricos da agressão sexual, como um ator que desinibe originando e motivando comportamentos de agressão sexual, trazendo estímulos à conduta sexual desviante.

Nos dados abstraídos da pesquisa pode-se observar a natureza dos atos praticados, ou seja as ocorrências em que a violência se deu somente por contatos entre o corpo da vítima e do adolescente numa forma de exploração do contato genital e situações de coito propriamente dito, os dados traduzem que os atos praticados foram que em 39, 2 % dos casos o acusado esfregou-se na vítima, em 35,1% tirou a roupa da vítima e em 47,3 % realizou sexo anal e 23% realizou sexo vaginal e oral. Esses dados são produzidos na perspectiva da ocorrência de mais de um desses atos. Toda essa pluralidade de possibilidades de contato, remonta a ideia das experimentações variadas e também da relação sexual, que dado a idade potencial das vítimas, traz uma prática totalmente violenta para o universo da sua sexualidade, impetrada por adolescentes que estão no período das experimentações, mas que também conotam ações estranhas ao seu universo de desenvolvimento, pois em 48% dos acusados estão na faixa etária dos 11 a 14 anos de idade. Portanto está refletido todo um processo de construção da maturidade sexual, mas que também é invadido por questões e situações que ferem a possibilidade desse desenvolvimento estar se dando em condições favoráveis e saudáveis ao universo da

infância e da adolescência. Há também um dado sobre a motivação da confissão do adolescente que em 5,4% dos casos, o mesmo verbaliza que o ato da ofensa sexual fazia parte das brincadeiras habituais, isso revelando um nível de naturalização das práticas.

O quesito dos fatores de risco, observado nas características biopsicossociais do adolescente, podem traduzir um pouco desse aspecto. No fator de risco individual, a pesquisa aponta que em 17,6% dos casos, através de relatos e de pareceres técnicos de equipe multidisciplinar, ficou claro haver conflito de identidade sexual, e nas variáveis de agressividade e impulsividade igualmente o percentual de 12,2%. Isso remete à questão da experimentação de sensações, independentes de gênero, quando observados que vítimas e acusados são da maioria do gênero masculino. Como anteriormente abordado que ambos muitas das vezes fazem parte do mesmo universo de convivência transitando entre brincadeira, isso traz um traço do oportunismo da parte do adolescente acusado. Não há dados suficientes para se observar a questão da premeditação. Nos fatores de risco familiar a maior incidência é no fato de não ter tido atenção dos pais 33,8%. Ainda nesse fator de risco, convém assimilar que adolescentes que passaram por violência sexual, não se transformam potencialmente em violadores, pois em somente 5,4% dos casos estudados adolescentes foram vítimas de violência da mesma natureza. O fator de risco contextual traz índices pouco expressivos, mas o acesso à drogas em 9,6% esteve presente como estímulo à prática violenta. Esse emaranhado de situações converge para a conclusão de que são muitos os fatores e situações que contribuem para a prática de ofensa sexual por parte de adolescentes. Quando se observa os modelos teóricos da agressão sexual, Finkelhor (1984), com seu modelo das pré-condições, expõe que os autores de agressão sexual são influenciados por diferentes tipos de necessidade psicológicas, por variáveis situacionais ou do contexto social como as práticas parentais e culturalmente existentes seja na família seja na comunidade.

E ainda que o sexo masculino, por uma construção cultural, é educado para ser detentor de poder e dominantes nas relações, sendo assim a criança pequena oferece fisicamente e psicologicamente as condições favoráveis para essa dominação sexual. Essa dominação, segundo a amostra estudada, se dá na maioria das vezes sem uso da força e com sedução 43,2% ou ainda em situação de dominação com ameaça e agressão verbal (hands on) em 37,8% e em menor grau com uso de força física ou ações de natureza mais violenta (hands

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

of) 18,9%. Esses dados também apontam para as oportunidades criadas pela proximidade de convívio, em que a sedução por oferta de benefícios e até por laços afetivos desenvolvidos pela convivência são fatores presentes.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

A elaboração do projeto dessa pesquisa, apontou para a intenção de investigar o perfil dos adolescentes ofensores sexuais e as relações com a vítima, na intenção de elaborar um perfil biopsicossocial e responder como as relações e o contexto do convívio pode inserir fatores de risco à agressão sexual cometida por adolescentes. Ao avançar na trajetória dos aportes teóricos, deparou-se com o limite dado pela escassa produção teórica e empírica nacional focada no adolescente ofensor sexual. Esse limite apontou para a necessidade de fazer uma investigação sobre a produção teórica e depois para coleta de dados e investigação quantitativa.

O primeiro estudo da Revisão sistemática da Literatura, foi extremamente facilitadora e particularmente interessante para se iniciar a investigação. Ela possibilitou uma aproximação do objeto de estudo e também a delimitação de horizontes diferenciados, inculcando a possibilidade de se investigar sobre o perfil de forma mais ampla do adolescente ofensor e afastar a possibilidade de debater focalmente a relação com a vítima.

Surgiu então a possibilidade de se ampliar e debater mais variáveis. Também foi possível perceber que a área da saúde (terapêutica) e do debate dos direitos humanos oferece mais produção sobre o tema que outras. Esse aspecto trouxe um desafio interessante para leitura, compreensão e apreensão de abordagens teóricas, em especial sobre a adolescência. Não se criou a pretensão para o aprofundamento desse item, mas de se apropriar dele para compreensão sobre o universo da construção da identidade e da sexualidade na infância e na adolescência. A revisão Sistemática da Literatura também traz na experiência de leitura com colaboradores, a possibilidade de um debate coletivo da escolha e seleção dos aportes teóricos, numa experiência que possibilitou ampliar o olhar sobre as referências teóricas de fundamentação do trabalho. Ainda assim, enfrentou-se limitações e suscitou o desafio de trazer para a realidade regional a leitura e interpretação dos dados e a discussão das variáveis.

No segundo estudo, a ideia era abranger toda a região metropolitana e seus municípios. Faltaram dois dessa região (Benevides, Marituba) e dois distritos e ilhas (Icoaraci e

Mosqueiro). O tempo de coleta e as condições estruturais não permitiram essa amplitude. Porém essa motivação permanece. Intencionalmente se planejava pesquisar sobre processos já finalizados e sentenciados, mas o demonstrativo da amostra que se abrangia, comprometeria os dados e a visualização das variáveis, pois no período anteriormente delimitado no projeto (2012 a 2014), não se teria uma amostra significativa.

Portanto se optou por ampliar o período e também analisar os processos em andamento. Essa opção trouxe a necessidade de se alterar o tema do estudo, em função do princípio constitucional da presunção da inocência, por isso nomear de adolescentes acusados de ofensores sexuais de crianças e adolescentes. Talvez essa mudança em alguns momentos traga ao desenvolvimento da escrita, algum equívoco de expressão, mas seguramente não de compreensão do debate. As limitações encontradas nessa fase do estudo, dizem respeito aos processos que estavam em arquivo (que por estarem já sentenciados, acrescentariam informações importantes sobre a determinação de medidas socioeducativas) por que esses locais ofereceram extrema dificuldades para a coleta, em função da localização em espaços pequenos, da situação de insalubridade ou dificuldade de localização das pastas de arquivo. Outros processos que também não se teve acesso, foram aqueles que estavam em trâmite para vistas ao Ministério Público e à Defensoria Pública, pois esse acesso exigiria trâmites burocráticos extras que comprometeria o cronograma programado.

A coleta nas comarcas criou uma oportunidade de grande aprendizagem com a maturação do uso do instrumento e a abstração das informações, de certa forma traduzindo-as para o formulário. Também nesse momento pode-se avaliar se o Formulário para Pesquisa biopsicossocial respondia à abrangência do registro das informações. Nessa oportunidade também se perceberam que variáveis de faixa etária, de fatores de riscos deveriam ser melhor agrupadas, para qualificar a observação dos dados. Apesar dessa reformulação, na experiência da coleta, foi se observando itens de registros que melhor se adequariam às situações encontradas. Mas com a coleta já em andamento, não se poderia fazer modificações no formulário, pois o acesso aos processos judiciais (e esses em particular correm em segredo de justiça) só pode ser feito nas comarcas por isso a permanência com eles era só para o tempo de coleta e devolução imediata.

A conclusão é de que nos dois estudos os objetivos foram alcançados. A pesquisa quantitativa trouxe um referencial de observações importantes para a percepção do perfil do adolescente acusado, e também ofereceram variáveis que se diferenciam dos estudos com adultos e assim também como se aproximam-se de variáveis estudadas em pesquisa com adolescentes de outras regiões, apesar de que na maioria esses estudos são de natureza qualitativa e em ambiente de trabalhos terapêuticos e de atendimento. Isso fustiga a necessidade de realizar a investigação de forma qualitativa. Essa motivação também era inicialmente pretendida, porém não realizada.

Essa pesquisa pretende ampliar os estudos no Brasil e na região amazônica para trazer contribuições importantes a compreensão da violação sexual de crianças e adolescentes na perspectiva de melhor desmistificar o universo do adolescente ofensor sexual. Essa intenção pretende tanto potencializar o enfrentamento ao fenômeno da violência sexual através da elevação da qualidade da articulação da rede de proteção em torno de políticas que assegurem atendimento especializado e adequado às situações apresentadas, como também apontar perspectivas de elaboração de intervenções no âmbito das medidas socioeducativas como espaço de favorecimento ao adolescente de novos sentidos subjetivos à suas experiências de vida e ao protagonismo do mesmo no rompimento do ciclo da violência sexual. A partir dessa experiência de estudo é também possível indicar que precisa se aprofundar todos os aspectos e variáveis abordados a partir dos dados levantados e que muito ainda há para aprofundar, investindo em especial na investigação qualitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abel, G.G., Becker, J.V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognition in sex between children and adult. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7, 89-103. doi:10.1016/0160-2527(84)90008-6

Aberastury, A. & Knobel, M. Adolescência normal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Antoni, C.D., Yunes, M.A.M., Habigzang, L., & Koller, S.H. (2011). *Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas*. Estudos de Psicologia. Campinas, 28 (1) pp. 97-106. Janeiro – março. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a10v28n1.pdf>.

Ariés, P. (1981). *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2010). Manual Core para atendimento de crianças vítimas de violência sexual. *Relatório da Associação Portuguesa de Apoio à vítima*. Pesquisado em <http://www.apav.pt/portal/> .

Barbaree, H. E. , & Marshall, W. L. (1989). Erectile responses among heterosexual child molesters, father-daughter incest offenders, and matched nonoffenders: Five distinct age preference profiles. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 21, 70-82

Barreto, A.C., Soares, P.G., & Barbato, S.B. (2014). *Considerações sobre o Fomento de Pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Humano no Brasil: História e Desafios*. Psicologia: ciência e profissão. 34 (4), 1002-1013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n4/1982-3703-pcp-34-4-1002.pdf>

Bass, Ellen; Thortohn, Louise (Org.). *Nunca contei a ninguém*. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1985.

Becker, D. (1989). *O que é a adolescência*. São Paulo: Brasiliense.

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Brasil. Lei Federal nº. 9.970, de 17 de maio de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9970.htm

Brasil. *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. (2000). Disponível em http://www.comitenacional.org.br/files/anexos/08-2013_PNEVSCA-2013_f19r39h.pdf.

Brasil. *Relatório Disque Denúncia Direitos Humanos*. (2011). Módulo Crianças e Adolescentes. Brasília: SDH, agosto.

Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do Desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Cerqueira, D., & Coelho., D.S.C. (2014). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*. Nota Técnica. IPEA. Brasília. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadie st11.pdf.

Carvalho, J., & Nobre, P. (2013). *Dynamic factors of sexual aggression: the role of affect and impulsiveness*. Criminal Justice and Behavior, Vol. 40, N. 4, pp. 376-387. DOI: 10.1177/0093854812451682

Cerqueira, D., & Coelho, D.S.C. (2014). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde*. Nota Técnica. IPEA. Brasília. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadie st11.pdf.

Cohen, C., & Gobetti, G. J. (2003). *O incesto: O abu cccso sexual intrafamiliar*. **Recuperado em 10 de abril, 2008,** de http://violenciasexual.org.br/textos/PDF/incesto_cohen.pdf.

Esber, K. M. (2008). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo a partir da teoria sócio-histórica*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica - Goiânia. Disponível em: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_arquivos/11/TDE-2008-07-18T063119Z467/Publico/Karen%20Michel%20Esber.pdf.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 out.). Recuperado em 05 de março, 2010, de www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm

Costa, L. F., Junqueira, E. L., Ribeiro, A., & Meneses, F. F. F. (2011). "Ministério da Obrigação" adverte: É preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 29(1),33-46.

Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Lei Federal 8069*. Recuperado em 17 de fevereiro, 2010, de www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Thesaurus.

Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. New York: Free Press.

Habigzang, L.F., Ramos, M., & Koller, S.H. (2011). *A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Out-Dez 2011, Vol. 27 n. 4, pp. 467-473. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/10.pdf>.

Freud, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905) *in* Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1972. v. VII.

Hall, G.C.N. , & Hirschman, R. (1991). Towards a theory of sexual aggression: A quadripartite model. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59, 662-669.

Hohendorff, V.J., Habigzang, L.F., & Koller, S.H. (2012). *Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências*. *Psicologia: USP, S.P.* 23(2), 395-415. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n2/aop0712.pdf>.

Malamuth, N.M., Check, J.V., Briere, J. Sexual arousal in response to aggression: Ideological, aggressive, and sexual correlates. *Journal of Personality and Social Psychology*. 1986;50:330–340.

Matos, C.S.N., Costa, C.L.N.A., Ferreira, G.A., Cardoso, J.V., Santos, M.A.S & Pereira M.C.S. (2013). *Análise do abuso sexual a crianças e adolescentes e a proteção familiar*

no município do Conde-BA nos anos de 2004 a 2012. Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais. Aracaju. v. 1, n.16.p.157-163.Disponível em:<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/262>.

Levin, Esteban. A infância em cena . Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Libório, R. M. C., & Castro, B.M. (2010). *Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*. Criança e Adolescentes: Direitos, Sexualidades e Reprodução. – ABMP. P. 19- 41. São Paulo. Brasil. Disponível emhttp://jornalgggn.com.br/sites/default/files/documentos/livro_crianca_e_adolescente_direi_sexualidades_reproducao.pdf.

Lima, J.S., & Deslandes, S.F. (2011). *A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros*. Interface: comunicação saúde educação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n38/aop4111.pdf>

Lírio, F.C., (2013). *A Avaliação da Implementação das Ações de Enfrentamento ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes em Escolas Públicas de Ensino Fundamental no Bairro do Guamá – Belém /Pa*. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, Pa.

Marshall, W. L., Marshall, L. E., & Kingston, D. A. (2011). *Are the cognitive distortions of child molesters in need of treatment?* Journal of Sexual Aggression, 17(2), 118-129. Disponível em:http://www.researchgate.net/profile/Liam_Marshall/publication/233094231_Are_the_cognitive_distortions_of_child_molesters_in_need_of_treatment/links/54d23e6a0cf2b0c614690a58.pdf.

Marshall, W. L., & Hambley, L.S., (1996). Intimacy and loneliness, and their relationship to rape myth acceptance and hostility toward women among rapists. *Journal of Interpersonal Violence*, 11,586-592.Em: <https://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=164861>

Marshall, W.L., Barbaree, H.E & Christoph. D. (1986). *Sexual offenders against female children: Sexual preferences for age of victims and type of behaviour*. Canad. J. Behav. Sci./Rev. Canad. SCI. Comp. 18(4).

Martins, C. B. G. & Jorge, M. H. P. M. (2010). *Abuso sexual na Infância e Adolescência: Perfil das Vítimas e Agressores em um Município do Sul do Brasil*. Texto Contexto Enferm. Florianópolis, Abr-Jun; 19(2): 246-55. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf>.

Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). *A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas*. Psico-USF, Vol. 13, No. 1, pp. 85-94, jan/jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psuf/v13n1/v13n1a11.pdf>

Pereira, A. L., & Bachion, M.M. (2006). *Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência*. Rev. Gaúcha Enferm. Porto Alegre.

Disponível:<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4633/254>

Pincolini, A. M. F., Hutz, C. S., & Laskoski, L. (2012). *Caracterização da Violência Sexual a partir de Denúncias e Sentenças Judiciais*. Psicologia em Pesquisa. UFJF. 6(01) – pp. 19-28. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v6n1/v6n1a04.pdf>

Pincolini, A.M. F., & Hutz, C. S. (2014). *Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais*. Temas psicol. vol.22, n.2, pp. 301-312. DOI: 10.9788/TP2014.2-03

Rebocho, M.F., & Gonçalves, A. (2012). *Sexual Predators and Prey: A Comparative Study of the Hunting Behavior of Rapists and Child Molesters*. Journal of Interpersonal Violence 27(14) 2770– 2789. Disponível em <http://jiv.sagepub.com/content/27/14/2770>.

Sarmiento, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: Vasconcellos, V. M. R.; Sarmiento, M. J. (orgs.). **Infância (in) visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Schutz, G.R., Sant'Ana, A.S.S., & Santos, S.G. (2011). *Política de periódicos nacionais em Educação Física para estudos de revisão/sistemática*. Rev. Bras. Cineantropom Desempenho Hum 2011, 13 (4): pp. 313 - 319. DOI: 10.5007/1980-0037.2011v13n4p313.

Serafim, A.P., Saffi, F., Rigonatti, P.R., Casoy, I., & Barros, D.M. (2009). *Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças*. Rev. Psiq. Clín. 2009; 36(3):105-11. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v36n3/v36n3a04.pdf>.

Ward, T., & Hudson, S. M. (1998). A model of the relapse process in sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, 700-725.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
MESTRADO EM CRIMINOLOGIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Estamos realizando uma pesquisa intitulada: **O Perfil de adolescentes ofensores sexuais de crianças e adolescentes: análise Psicossocial das relações com a vítima**, orientado pelo professor José Soares Martins (Professor Doutor do Mestrado em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa) e realizado por mim Vinólia Costa Vieira, Assistente Social e Bacharel em Direito, Mestranda do Curso de Criminologia. A pesquisa tem como objetivo investigar dados sobre as características biopsicossociais de adolescentes autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, enfocando especialmente as relações e vínculos dos agressores com as vítimas. Portanto será necessário realizar dois estudos: o primeiro em fontes documentais, acessando os processos jurídicos de Ato Infracional, e o segundo a realização de estudo de caso com três autores para análise qualitativa comparativa, sendo esse segundo estudo em casos da Comarca de Santa Izabel.

Para a realização do estudo dos processos de Ato Infracional, a autorização será pleiteada junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, diretamente com a Vara Cível da Infância e da Juventude das Comarcas de Santa Izabel, Castanhal, Ananindeua e Belém através da apresentação do projeto de pesquisa e dos instrumentos de coleta de dados. Nesse sentido, vimos solicitar autorização dessa Comarca. Ressalta-se que a coleta se dará por meio de uma ficha elaborada para este fim, de maneira que ninguém além da pesquisadora terá acesso aos dados processuais diretamente, já que os mesmos correm em segredo de Justiça. Este estudo tem o objetivo de identificar os aspectos biopsicossociais e análise das relações dos adolescentes agressores sexuais com suas vítimas, além de outros aspectos.

A qualquer momento os responsáveis pelas instituições poderão solicitar esclarecimentos sobre a investigação, seus procedimentos ou outros assuntos relacionados. Todos os cuidados serão tomados para que se resguarde o sigilo e a confidencialidade das informações prestadas, preservando a identidade das partes, assim como das instituições envolvidas.

Através desse trabalho esperamos contribuir para a ampliação da compreensão do universo



PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

do adolescente agressor sexual de crianças e adolescentes e com isso oferecer subsídios para políticas públicas a serem desenvolvidas no âmbito das Medidas socioeducativas. Desde já agradecemos a sua contribuição para o desenvolvimento deste projeto e colocamo-nos á disposição para esclarecimentos através dos telefones: (91) 98865 3033 / 37446764

Orientadora Responsável: Professor Doutor José Soares Martins

Pesquisadora responsável: Vinólia Costa Vieira

Juiz Responsável pela Autorização: Dra. Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes.



Dra. Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes
Juiza Titular da 3ª. Vara Cível da Infância e da Juventude do Município de Castanhal



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
MESTRADO EM CRIMINOLOGIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Vinólia Costa Vieira, assistente Social e Bacharel em Direito, Mestranda do Curso de Criminologia estou realizando uma pesquisa intitulada: **O Perfil de adolescentes ofensores sexuais de crianças e adolescentes**, orientado pelo professor José Soares Martins (Professor Doutor do Mestrado em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa). A pesquisa tem como objetivo investigar dados sobre as características psicossociais de adolescentes autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, enfocando especialmente as relações e vínculos dos agressores com as vítimas. Portanto será necessário realizar dois estudos: o primeiro em fontes documentais, acessando os processos jurídicos de Ato Infracional, e o segundo a realização de estudo de caso com três autores para análise qualitativa comparativa, sendo esse segundo estudo somente em casos da Comarca de Santa Izabel.

Para a realização do estudo dos processos de Ato Infracional, a autorização será pleiteada junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, diretamente com a Vara Cível da Infância e da Juventude das Comarcas de Santa Izabel, Castanhal, Ananindeua e Belém através da apresentação do projeto de pesquisa e dos instrumentos de coleta de dados. Nesse sentido, vimos solicitar autorização dessa Comarca. Ressalta-se que a coleta se dará por meio de uma ficha elaborada para este fim, de maneira que ninguém além da pesquisadora terá acesso aos dados processuais diretamente, já que os mesmos correm em segredo de Justiça. Este estudo tem o objetivo de identificar os aspectos biopsicossociais e análise das relações dos adolescentes agressores sexuais com suas vítimas, além de outros aspectos.

A qualquer momento os responsáveis pelas instituições poderão solicitar esclarecimentos sobre a investigação, seus procedimentos ou outros assuntos relacionados. Todos os cuidados serão tomados para que se resguarde o sigilo e a confidencialidade das informações prestadas, preservando a identidade das partes, assim como das instituições envolvidas.

Através desse trabalho esperamos contribuir para a ampliação da compreensão do universo do adolescente agressor sexual de crianças e adolescentes e com isso oferecer subsídios

PERFIL DOS ADOLESCENTES ACUSADOS DE ABUSADORES SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

do adolescente agressor sexual de crianças e adolescentes e com isso oferecer subsídios para políticas públicas a serem desenvolvidas no âmbito das Medidas socioeducativas. Desde já agradecemos a sua contribuição para o desenvolvimento deste projeto e colocamo-nos á disposição para esclarecimentos através dos telefones: (91) 98865 3033 / 37446764

Orientadora Responsável: Professor Doutor José Soares Martins

Pesquisadora responsável: Vinólia Costa Vieira

Juiz Responsável pela Autorização: Dra. Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes.



Dra. Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes
Juiza Titular da 3ª. Vara Cível da Infância e da Juventude do Município de Castanhal

A handwritten signature in blue ink, written over the stamp and text.



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
MESTRADO EM CRIMINOLOGIA

TERMO DE AUORIAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Ao: Excelentíssimo Senhor Sávio José de Amorim Santos

MD: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Infância e da Juventude de Castanhal

Estou realizando uma pesquisa intitulada: O Perfil de adolescentes ofensores sexuais de crianças e adolescentes: análise Psicossocial das relações com suas vítimas, orientado pela professor Doutor José Soares Martins do Mestrado em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, realizado por mim Vinólia Costa Vieira, Assistente Social e Bacharel em Direito, Mestranda do Curso de Criminologia, Pós Graduada em Projetos Sociais. A pesquisa tem como objetivo investigar dados sobre as características biopsicossociais de adolescentes autores de violência sexual de crianças e adolescentes, enfocando especialmente os vínculos dos ofensores com as vítimas. Portanto será necessário realizar dois estudos: o primeiro em fontes documentais, acessando os processos jurídicos de Ato Infracional, e o segundo a realização de estudo de caso com três adolescentes ofensores para análise qualitativa comparativa.

Para a realização do estudo dos processos de Ato Infracional, foi realizado junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através do diálogo direto com a Vara Cível Especializada da Infância e da Juventude das Comarcas dos Municípios de Belém, Santa Izabel , Ananindeua e Castanhal. Ressalta-se que a coleta se dará por meio de um formulário elaborada para este fim, de maneira que ninguém além da pesquisadora terá acesso aos dados processuais diretamente, já que os mesmos correm em segredo de Justiça. Este estudo tem o objetivo de identificar os aspectos biopsicossociais e análise das relações parentais e afetivas de adolescentes ofensores sexuais com suas vítimas.

Para a concretização do segundo estudo, será realizado estudo de caso com três adolescentes violadores sexuais, na perspectiva de fazer análise comparativa. Para isso será realizado entrevista com os adolescentes e entrevista com responsável legal. Esse estudo e as abordagens serão realizados na Vara Especializada no município de Santa Izabel do Pará somente. Também será encaminhado um termo de consentimento aos

participantes, para que estes manifestem sua concordância. Opta-se por gravar as entrevistas, que se darão em três encontros, também devidamente informados e acordado com os participantes que serão abordados separadamente.

A qualquer momento tanto os participantes, como os responsáveis pelas instituições poderão solicitar esclarecimentos sobre a investigação, seus procedimentos ou outros assuntos relacionados. Todos os cuidados serão tomados para que se resguarde o sigilo e a confidencialidade das informações prestadas, preservando a identidade dos participantes, assim como das instituições envolvidas, já que somente a pesquisadora terá acesso aos materiais coletados.

Através desse trabalho espero contribuir para a ampliação da compreensão do universo do adolescente agressor sexual de crianças e adolescentes e com isso oferecer subsídios para políticas públicas a serem desenvolvidas no âmbito das Medidas socioeducativas. Desde já agradecemos a sua contribuição para o desenvolvimento deste projeto e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos.

Orientadora Responsável: Professor Doutor José Soares Martins

Pesquisadora responsável: Vinólia Costa Vieira

Eu, SÁVIO JOSÉ DE AMORIM SANTOS autorizo o estudo em tela, na Comarca de Castanhal.



Sávio José de Amorim Santos
Juiz de Direito da 3ª. Vara da Infância e da Juventude de Castanhal



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
MESTRADO EM CRIMINOLOGIA

TERMO DE AUORIAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A Excelentíssima Senhora Shérica Keila Pacheco Teixeira Bauer

MD: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Infância e da Juventude de Santa Izabel

Estou realizando uma pesquisa intitulada: **O Perfil de adolescentes ofensores sexuais de crianças e adolescentes: análise Psicossocial das relações com suas vítimas**, orientado pela professor Doutor José Soares Martins do Mestrado em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, realizado por mim Vinólia Costa Vieira, Assistente Social e Bacharel em Direito, Mestranda do Curso de Criminologia, Pós Graduada em Projetos Sociais. A pesquisa tem como objetivo investigar dados sobre as características biopsicossociais de adolescentes autores de violência sexual de crianças e adolescentes, enfocando especialmente os vínculos dos ofensores com as vítimas. Portanto será necessário realizar dois estudos: o primeiro em fontes documentais, acessando os processos jurídicos de Ato Infracional, e o segundo a realização de estudo de caso com três adolescentes ofensores para análise qualitativa comparativa.

Para a realização do estudo dos processos de Ato Infracional, foi realizado junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através do diálogo direto com a Vara Cível Especializada da Infância e da Juventude das Comarcas dos Municípios de Belém, Santa Izabel, Ananindeua e Castanhal. Ressalta-se que a coleta se dará por meio de um formulário elaborada para este fim, de maneira que ninguém além da pesquisadora terá acesso aos dados processuais diretamente, já que os mesmos correm em segredo de Justiça. Este estudo tem o objetivo de identificar os aspectos biopsicossociais e análise das relações parentais e afetivas de adolescentes ofensores sexuais com suas vítimas.

Para a concretização do segundo estudo, será realizado abordagem de caso com dois adolescentes violadores sexuais, na perspectiva de fazer análise comparativa. Para isso será realizado entrevista com os adolescentes. Esse estudos de caso, são de adolescentes que responderam processo somente na Comarca de Santa Izabel. Também será


Shérica K. Pacheco Teixeira Bauer
Juíza de Direito

encaminhado um termo de consentimento aos participantes, para que estes manifestem sua concordância. Opta-se por não gravar as entrevistas, fazendo registro através da escrita das falas, que se darão em dois encontros, também devidamente informados e acordado com os participantes que serão abordados separadamente.

A qualquer momento tanto os participantes, como os responsáveis pelas instituições poderão solicitar esclarecimentos sobre a investigação, seus procedimentos ou outros assuntos relacionados. Todos os cuidados serão tomados para que se resguarde o sigilo e a confidencialidade das informações prestadas, preservando a identidade dos participantes, assim como das instituições envolvidas, já que somente a pesquisadora terá acesso aos materiais coletados.

Através desse trabalho espero contribuir para a ampliação da compreensão do universo do adolescente agressor sexual de crianças e adolescentes e com isso oferecer subsídios para políticas públicas a serem desenvolvidas no âmbito das Medidas socioeducativas. Desde já agradecemos a sua contribuição para o desenvolvimento deste projeto e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos.

Orientadora Responsável: Professor Doutor José Soares Martins

Pesquisadora responsável: Vinólia Costa Vieira

Eu, SHÉRIDA KEILA PACHECO TEIXEIRA BAUER, autorizo o estudo em tela, na Comarca de Santa Izabel do Pará.



Shéri da Keila Pacheco Teixeira Bauer
Juíza Titular da 1ª. Vara da Infância e da Juventude de Santa Izabel

FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO PSICOSSOCIAL DO AUTOR E DA VÍTIMA DE AGRESSÃO SEXUAL

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Nº do formulário _____ Data de coleta: ____/____/2015
 Nº do Processo _____ Cargo/graduação do Aplicador: _____
 Data da abertura do processo: ____/____/____ Cidade: _____
 Data da ocorrência da primeira agressão sexual: ____/____/____ SI
 Data do B.O.: ____/____/____ SI

2. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

AGRESSOR (A)		VÍTIMA (V)	
Data de nascimento ____/____/____	Idade que cometeu o crime sexual _____	<input type="checkbox"/> SI	Idade que sofreu a agressão sexual _____
Sexo	<input type="checkbox"/> Feminino (1) <input type="checkbox"/> Masculino (2)	<input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> Feminino (1) <input type="checkbox"/> Masculino (2)
Cor/Etnia	<input type="checkbox"/> Amarela (1) <input type="checkbox"/> Branca (2) <input type="checkbox"/> Parda (3) <input type="checkbox"/> Preta (4)	<input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> Amarela (1) <input type="checkbox"/> Branca (2) <input type="checkbox"/> Parda(3) <input type="checkbox"/> Preta (4)
Religião	<input type="checkbox"/> Católica (1) <input type="checkbox"/> Espírita (2) <input type="checkbox"/> Evangélica (3) <input type="checkbox"/> Candomblé (4) <input type="checkbox"/> Sem Religião (5) <input type="checkbox"/> Outra/ Qual? _____	<input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> Católica (1) <input type="checkbox"/> Espírita (2) <input type="checkbox"/> Evangélica (3) <input type="checkbox"/> Candomblé (4) <input type="checkbox"/> Sem Religião (5) <input type="checkbox"/> Outras?Qual? _____
Situa. Conjugal	<input type="checkbox"/> Casado (1) <input type="checkbox"/> Divorciado (4) <input type="checkbox"/> Separado (2) <input type="checkbox"/> Solteiro (5) <input type="checkbox"/> União Estável (3) <input type="checkbox"/> Viúvo (6)	<input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> Adolescente (2) <input type="checkbox"/> Criança (1)
Possui filhos	<input type="checkbox"/> Sim (1) Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Não (2)	<input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Irmãos <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Primo(a) <input type="checkbox"/> Tio(a) <input type="checkbox"/> Outros
Bairro onde mora	_____	<input type="checkbox"/> SI	_____
Onde nasceu	Cidade _____ <input type="checkbox"/> SI Estado _____	<input type="checkbox"/> SI	Cidade _____ <input type="checkbox"/> SI Estado _____
Onde Mora	Cidade _____ <input type="checkbox"/> SI Estado _____	<input type="checkbox"/> SI	Cidade _____ <input type="checkbox"/> SI Estado _____
Zona	<input type="checkbox"/> Urbana (1) <input type="checkbox"/> Rural (2) <input type="checkbox"/> Ribeirinho (3) <input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> Urbana (1) <input type="checkbox"/> Rural (2) <input type="checkbox"/> Ribeirinho (3) <input type="checkbox"/> SI
Idade quando cometeu a 1ª agressão sexual	_____	<input type="checkbox"/> SI	_____
Escolaridade	<input type="checkbox"/> Nunca estudou (1) <input type="checkbox"/> E.F.I. (2)/ Série _____ <input type="checkbox"/> E.F.C (3) <input type="checkbox"/> E.M.I. (4)/Série _____	<input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> Nunca estudou (1) <input type="checkbox"/> Creche (8) <input type="checkbox"/> Pré-escola (9) <input type="checkbox"/> E.F.I. (2)/ Série _____ <input type="checkbox"/> E.F.C (3) <input type="checkbox"/> E.M.I. (4)/Série _____
Com vínculo de Parentesco	<input type="checkbox"/> Mãe (1) <input type="checkbox"/> Pai (2) <input type="checkbox"/> Irmão (9) <input type="checkbox"/> Avô(ó) (4) <input type="checkbox"/> Avódrasto(8) <input type="checkbox"/> Primo(a) (5) <input type="checkbox"/> Tio(a) (6) <input type="checkbox"/> Padrasto/Madrasta (7) <input type="checkbox"/> Cunhada(o) (3)	<input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> Filho (a) <input type="checkbox"/> Neto(a) <input type="checkbox"/> Primo(a) <input type="checkbox"/> Sobrinho (a) <input type="checkbox"/> Enteadado(a) <input type="checkbox"/> Cunhado(a) <input type="checkbox"/> Outros _____
Sem vínculo de parentesco	<input type="checkbox"/> Amiga(o) (1) <input type="checkbox"/> Babás/ Desconhecida(o) (4) <input type="checkbox"/> Conhecido(2) <input type="checkbox"/> Vizinha(o) (8) <input type="checkbox"/> Colega da escola (1) <input type="checkbox"/> Namorada(o) (3) <input type="checkbox"/> Professor(a) (7) <input type="checkbox"/> N.A. <input type="checkbox"/> Outros: Qual? _____	<input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> Aluna(o) <input type="checkbox"/> Amiga(o) <input type="checkbox"/> Colega da escola <input type="checkbox"/> Desconhecida(o) <input type="checkbox"/> Conhecido(a) <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Vizinho(a) <input type="checkbox"/> N.A. <input type="checkbox"/> Outros: Qual? _____

Saúde	<input type="checkbox"/> Condições Médicas Graves (1): Qual? _____ <input type="checkbox"/> Deficiência: <input type="checkbox"/> física/motora (2) <input type="checkbox"/> auditiva (3) <input type="checkbox"/> visual (4) <input type="checkbox"/> Intelectual (5) <input type="checkbox"/> Laudo Transtorno Mental (6): Qual? _____ <input type="checkbox"/> Laudo Síndrome Cerebral Orgânica (7): Qual? _____ <input type="checkbox"/> Transtorno Mental/Parafilia (8) (Pedofilia) <input type="checkbox"/> Outros: _____	<input type="checkbox"/> SI	Saúde	<input type="checkbox"/> Condições Médicas Graves (1): Qual? _____ <input type="checkbox"/> Deficiência: <input type="checkbox"/> física/motora (2) <input type="checkbox"/> auditiva (3) <input type="checkbox"/> visual (4) <input type="checkbox"/> Intelectual (5) <input type="checkbox"/> Transtorno Mental (6): Qual? _____ <input type="checkbox"/> Síndrome Cerebral Orgânica (7): Qual? _____ Outros: _____	<input type="checkbox"/> SI
Ocupação		<input type="checkbox"/> SI	Ocupação	<input type="checkbox"/> Estudante (1) <input type="checkbox"/> Aprendiz (2) <input type="checkbox"/> Estagiário (3) <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Condição	<input type="checkbox"/> Autônomo (1) <input type="checkbox"/> Beneficário/Pensionista (2) <input type="checkbox"/> Estagiário/Estudante (6)	<input type="checkbox"/> Empregado (3) <input type="checkbox"/> Desempregado (4) <input type="checkbox"/> Trabalho eventual (5)		<input type="checkbox"/> Estudante/Estagiário <input type="checkbox"/> Do lar (7) <input type="checkbox"/> SI	

3. DADOS PROCESSUAIS

AUTOR DE AGRSSOR(A) SEXUAL					
Bairro onde aconteceu o ato			<input type="checkbox"/> Zona Urbana (1) <input type="checkbox"/> Zona Rural (2) <input type="checkbox"/> Ribeirinho (3)	<input type="checkbox"/> Período Diurno (2) <input type="checkbox"/> Período Noturno (1)	<input type="checkbox"/> SI
Agressão sexual:	Local onde aconteceu o ato:				
	<input type="checkbox"/> Intrafamiliar (1) <input type="checkbox"/> Extrafamiliar (2) <input type="checkbox"/> Público/privado (1) <input type="checkbox"/> Público (2) <input type="checkbox"/> Privado (3) <input type="checkbox"/> Ciberespaço (4) <input type="checkbox"/> Outro _____				
Tipo de Local onde aconteceu o ato			No espaço público	<input type="checkbox"/> Rio/Mata (1) <input type="checkbox"/> Estabelecimento comercial/lazer (2) <input type="checkbox"/> Via pública/terreno baldio (3) <input type="checkbox"/> Motel (4) <input type="checkbox"/> Outros/Onde? _____ (5) <input type="checkbox"/> N.A.	<input type="checkbox"/> SI
Confessou:	<input type="checkbox"/> Sim (1) <input type="checkbox"/> Não (2)				
Se sim qual foram os Motivos:					
Tempo de duração da Agressão Sexual meses/ano)					
Quantas vezes por semana					
Onde foi realizado o BOP	Delegacia:				
Tipificação do Ato					
Situação processual do autor					
Quantos processos/condenações anteriores	<input type="checkbox"/> Nenhum _____ <input type="checkbox"/> 05 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 01 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 06 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 02 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 07 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 03 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 08 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 04 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 09 Quais? _____				

Tempo de abertura de processo			<input type="checkbox"/> SI
Julgamento	<input type="checkbox"/> Liminar (1) <input type="checkbox"/> Julgamento de 1ª grau / Qual encaminhamento/medidas: _____ (2) <input type="checkbox"/> Julgamento de 2ª grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____ (3) <input type="checkbox"/> Julgamento de 3ª grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____ (4)		<input type="checkbox"/> SI
Aplicação da Pena definitiva	Data: ____/____/____		<input type="checkbox"/> SI
Fatores de risco individual para Agressão sexual	<input type="checkbox"/> Agressividade <input type="checkbox"/> Ciúme patológico <input type="checkbox"/> Cognição confusa <input type="checkbox"/> Delírio <input type="checkbox"/> Fobias <input type="checkbox"/> Humor deprimido <input type="checkbox"/> Humor desesperançado <input type="checkbox"/> Humor irritável <input type="checkbox"/> Humor eufórico <input type="checkbox"/> Humor ansioso <input type="checkbox"/> Ideação homicida <input type="checkbox"/> Ideação suicida <input type="checkbox"/> Impulsividade <input type="checkbox"/> Memória preservada <input type="checkbox"/> Obsessão/compulsão <input type="checkbox"/> Paranoia <input type="checkbox"/> Não ter recebido cuidado ou atenção dos pais <input type="checkbox"/> Negligência familiar <input type="checkbox"/> Passar fome <input type="checkbox"/> Tem alguém doente da família <input type="checkbox"/> Um dos pais ter se casado novamente <input type="checkbox"/> Violência sexual	<input type="checkbox"/> Problemas com a aparência física <input type="checkbox"/> Ter alguma doença grave ou lesões sérias <input type="checkbox"/> Tentativa de suicídio <input type="checkbox"/> Uso de drogas ilícitas <input type="checkbox"/> Uso abusivo do álcool <input type="checkbox"/> Outros: Quais? _____	<input type="checkbox"/> SI
Fatores de risco na família para Agressão Sexual	<input type="checkbox"/> Abandono <input type="checkbox"/> Baixo nível econômico da família <input type="checkbox"/> Falecer alguém importante <input type="checkbox"/> Fugir de casa <input type="checkbox"/> Separação dos pais <input type="checkbox"/> Sofrer grave acidente <input type="checkbox"/> Acesso à bebida alcoólica <input type="checkbox"/> Acesso ao crack <input type="checkbox"/> Acesso a anabolizante <input type="checkbox"/> Acesso a cocaína <input type="checkbox"/> Acesso a remédio <input type="checkbox"/> Acesso a maconha <input type="checkbox"/> Acesso a cigarro <input type="checkbox"/> Dormir na rua <input type="checkbox"/> Fanatismo Religioso <input type="checkbox"/> Ficar grávida ou namorada grávida <input type="checkbox"/> Problemas com a justiça <input type="checkbox"/> Problemas habitacionais (mudanças de casa) <input type="checkbox"/> Problemas educacionais <input type="checkbox"/> Problemas ocupacionais (perda do emprego)	<input type="checkbox"/> Violência institucional <input type="checkbox"/> Violência psicológica <input type="checkbox"/> Violência física <input type="checkbox"/> Outros: Quais? _____	<input type="checkbox"/> SI
Fator de risco contextual para Agressão sexual	<input type="checkbox"/> Acesso à bebida alcoólica <input type="checkbox"/> Acesso ao crack <input type="checkbox"/> Acesso a anabolizante <input type="checkbox"/> Acesso a cocaína <input type="checkbox"/> Acesso a remédio <input type="checkbox"/> Acesso a maconha <input type="checkbox"/> Acesso a cigarro <input type="checkbox"/> Dormir na rua <input type="checkbox"/> Fanatismo Religioso <input type="checkbox"/> Ficar grávida ou namorada grávida <input type="checkbox"/> Problemas com a justiça <input type="checkbox"/> Problemas habitacionais (mudanças de casa) <input type="checkbox"/> Problemas educacionais <input type="checkbox"/> Problemas ocupacionais (perda do emprego)	<input type="checkbox"/> Problemas com o sistema legal/criminal <input type="checkbox"/> Problemas econômicos <input type="checkbox"/> Problemas com o social (não ter amigos) <input type="checkbox"/> Ser morador de rua <input type="checkbox"/> Ter sido acolhido no abrigo <input type="checkbox"/> Ter histórico criminal <input type="checkbox"/> Outros: Quais? _____	<input type="checkbox"/> SI
Argumentos Oferecidos pela Defesa:			<input type="checkbox"/> SI
<input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____			
4. DADOS PROCESSUAIS			
VÍTIMA	Depoimento sem dano <input type="checkbox"/> Sim (1) <input type="checkbox"/> Não (2)		
Houve mais de uma vítima:	<input type="checkbox"/> Sim (1) <input type="checkbox"/> Não (2)		
Caso a resposta seja "sim", a outra vítima era da mesma família?	<input type="checkbox"/> SI	A outra vítima tinha parentesco com o agressor? <input type="checkbox"/> Sim () <input type="checkbox"/> Não (2) <input type="checkbox"/> N.A.	
Quem fez a denúncia	<input type="checkbox"/> Mãe (2) <input type="checkbox"/> Vítima (1) <input type="checkbox"/> Pai (2) <input type="checkbox"/> Outros parentes: Qual? _____ (2) <input type="checkbox"/> Instituição: Qual? _____ (5)		
Os primeiros encaminhamentos adotados	<input type="checkbox"/> Ao Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> AO CREAS	<input type="checkbox"/> À Escola <input type="checkbox"/> À Polícia	<input type="checkbox"/> Ao CRAS <input type="checkbox"/> Ao hospital ou unidade pública de saúde <input type="checkbox"/> PROPAZ <input type="checkbox"/> Outras: Quais?

